

História, santidade e identidade. O *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso e o seu contexto.

Quando, em 1652, Jorge Cardoso (1606-1669) viu editado o primeiro tomo do seu *Agiologio Lusitano*¹ realizava, concluindo e, simultaneamente, iniciando, um longo e complicado percurso de um sonho que desde muito antes vinha alimentando: o de um vasto hagiológico nacional (e não só um martirologio ou um menológico²) que inventariasse todos os santos, beatos, veneráveis, mártires e – usemos a sua expressão – "varões, virgens e matronas ilustres em virtude" de "Portugal e suas conquistas". Um sonho que teve o seu primeiro impulso aquando da sua redacção e edição, com apenas 22 anos, do *Officio Menor dos Santos de Portugal tirado dos Breviarios, e Memorias deste Reyno* (1629)³: uma obra "menor" (nomeadamente pelo tamanho: um quase minúsculo in-24º) mas extremamente significativa: um pequeno livro "pera priuado vso somente" e "deuacam de cada hum"⁴, em que Cardoso se queixava – repetindo lamúrias antigas⁵ –, de ter nascido "com os antigos Portugueses hum notauel descuido

¹ *Agiologio lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal, e suas conquistas*(...), Tomo I (Jan.-Fev.), Lisboa, na Oficina Craesbeckiana; Tomo II (Mar.-Abril), Lisboa, na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1657; Tomo III (Maio-Jun.), Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeck de Mello, 1666. Como as citações desta obra serão abundantes ao longo deste trabalho, fá-las-emos referindo abreviadamente *Agiologio*..., seguido do número do tomo e da página.

² J. Cardoso explicou, com bastante clareza, nas "Advertencias necessarias ao Agiologio Lusitano" (§. I, s.n.), as razões da opção por este título e a exclusão dos, mais correntes, de *Martirologio* e *Menológico*, por serem mais restritivos (tanto no título como no conteúdo) e não tão "amplios e universais", como o de *Agiologio* (que se adaptava melhor aos seus propósitos, como veremos). Lembremos que, um ano antes – em 1651 –, Juan Tamayo de Salazar fizera editar, em Lyon, o 1º tomo do *Martyrologium Hispanum* (os seguintes 5 tomos desta obra foram editados, respectivamente, em 1652, 1655, 1656, 1658 e 1659).

³ *Este Officio Menor dos Santos de Portugal* foi editado em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, em 1629 e é o primeiro livro de J. Cardoso e o único, além do *Agiologio Lusitano*, que viu a luz da impressão. Sobre outras "obras" de Cardoso, cf. *infra*, n. 179.

⁴ *Officio Menor*..., Licenças (de Gaspar Pereira, D. João da Silva, Francisco Barreto, Fr. Antonio de Sousa e Gaspar Rego d'Afonseca).

⁵ São sobejamente conhecidas as queixas de vários autores, nomeadamente do século XVI – veja-se o caso paradigmático de Garcia de RESENDE no "Prólogo" do *Cancioneiro Geral* –, em relação à incúria dos portugueses em registar, através da escrita e da impressão, os seus feitos heróicos (nas armas e nas letras). Tais queixas – ainda que, por vezes, de carácter tópico – foram sendo retomadas

de por em lembrança os illustres feitos dos seus; o que verificandose com assaz de sentimento dos zelosos da patria na historia secular, *o fica muito mais na ecclesiastica deste Reino*, pois auendo nelle como ameno jardim, e rica mina produzido para o Ceo grande numero de sanctos, Martyres, Confessores, e virgens (...) de mui poucos, por negligencia dos antigos, nos ficou algua noticia, e essa tam breue, e obscura, que faz mui difficullosa esta empresa...⁶. Uma empresa que o autor então iniciava e que, segundo Fr. Isidoro da Luz na sua "Aprovação", 13 anos mais tarde, do Tomo II do *Agiologio*, era "atêgora julgada de muitos por impossivel"⁷, mas que Cardoso, graças à sua "natural afeição, e deuoção aos Sanctos da Patria" (e para "credito" e para "gloria" desta⁸), ousou empreender, de tal forma que com ela veio a gastar todos os anos restantes da sua vida⁹.

Curiosamente, nesse *Officio Menor dos Santos...*, Jorge Cardoso reunira só os santos canonizados ou de culto imemorial. Mesmo assim, a

e "actualizadas" igualmente por vários autores do século XVII, nomeadamente por alguns que viveram ainda em vida de J. Cardoso. Lembremos, a título de exemplo, António de Sousa de MACEDO nas *Flores de España y Excelencias de Portugal*, editado pela primeira vez em Lisboa, 1631: "Entre todas las naciones que padecen en esta parte es la Portuguesa tan pobre de *Chronicas antiguas, quan sobrada de insignes virtudes, y gloriosas hazañas* de que muchos libros pudieran estar llenos (...). Considerando yo pues el prouecho que se sigue a los Reynos con dellos, y deseado hazer algun seruicio a mi patria, vsando en esta parte mas de officio de estrangeiro, que de condicion de Portugues, he querido salir con este tratado de sus Excelencias..." ("Al lector", s.n.).

⁶ *Officio Menor*, fl. A4r. e v., subl. nosso.

⁷ *Agiologio...*, II, "Aprovação".

⁸ *Agiologio...*, II, "Advertencias necessarias ao Agiologio Lusitano", § I, 1. Notemos que estas "Advertências" começam, precisamente, com a lembrança e evocação dos propósitos desse *Officio Menor* – no qual já acentuara a sua "deuoção, e amor dos Sanctos da Patria" ("ao Lector", A5r.) – e do que ele e a sua matéria significaram para o autor.

⁹ Efectivamente, Jorge Cardoso fez do *Agiológico Lusitano* – ainda que, inicialmente, tivesse ambicionado escrever e editar várias outras obras, como adiante referirmos – a concretização (embora incompleta) desse sonho que se veio a confundir com a sua própria vida. Diversos "comentários" do *Agiológico* testemunham que desde os primeiros anos da década de 30 Cardoso já pedia e recebia, por carta, a colaboração de portugueses e espanhóis na recolha e envio de informações de vidas e de dados históricos para a elaboração do *Agiológico Lusitano* (cf. *infra*, "Os colaboradores de J. Cardoso"). Por exemplo, em Dezembro de 1633 recebeu uma carta de resposta de Fr. Angelo Manrique, "Lente que foi de Vespera de Salamanca e Geral" da O. Cister (cf. I, 319-d). Além disso, a *Vida de Jorge Cardoso*, da autoria (ou, pelo menos, da "mão") de diversos autores, em particular de D. Manuel Caetano de Sousa e D. Antonio Caetano de Sousa, que se conserva manuscrita na Biblioteca Nacional de Lisboa (Cod. 628, esp. fls. 23r.-48r. e 52r.-54v.), realça esse afã desde aqueles anos (esp. fls. 30s). Dessa "Vida" ter-se-á servido Barbosa Machado para a bio-bibliografia deste autor na sua *Biblioteca Lusitana*. A mesma "vida" foi recentemente objecto de uma dissertação de mestrado em História Moderna da autoria de Joaquim Fernandes da CONCEIÇÃO, *Espiritualidade e religiosidade no Portugal Moderno. O "Agiológico Lusitano" do Padre Jorge Cardoso*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Porto, 1996 (policopiado) – um trabalho que segue de perto, glosando, esta "Vida de J. Cardoso" e que, na globalidade, se nos afigura metodologicamente muito discutível.

obra incluiu "62 sanctos em numero"¹⁰, sem fazer menção de outros muitos, de que se puderão compor mais officios, que em vida forão conhecidos, e venerados por insignes em sanctidade, os quaes antes, e depois da morte honrou Deos com milagres, em tanto que *se Portugal não houvera faltado à deuoção, sollicitude, e diligencia, que pera os qualificar, com o testemunho irrefragavel da Igreja, se requiere, puderão estar já canonizados*, como são os sanctos Infantes Dom Fernando (...), Donna Joanna (...) Beato Frei Bernardo (O.P) (...), o B. Thadeu e S. Gonçalo de Lagos (...) Espinela de Arouca (...) Fr. Pedro Porteiro de S. Domingos de Euora (...) e Fr. Bartholameu dos Martires..."¹¹. Deste modo, esta obra revela já, ainda que com alguma discrição, a insatisfação pela pouca diligência de Portugal na canonização – e consequente culto público e oficial – de muitos outros santos portugueses¹², nomeadamente, dos séculos XV e XVI...

A modéstia deste "liurinho" parece ter estado na razão inversa do fervor do seu autor não só pelos "santos da pátria", mas também pela recolha de todas as memórias possíveis do que à história religiosa (e não só¹³) dizia respeito, quase desde tempos imemoriais. A grandeza desse fervor traduziu-se no laborioso percurso que foi deste "modesto livrinho" até à imensa e grandiosa, apesar de incompleta¹⁴, empresa que, para a época, foi o

¹⁰ J. Cardoso apresenta, a fl. 13v., uma "Breve relação dos Sanctos, que se contem neste officio conforme a ordem dos hymnos, com allegação dos Breuiarios, Martyrologios, e Autores, que delles fazem menção em particular".

¹¹ *Officio Menor dos Santos*, fl. 28r., subl. nosso.

¹² E não terá tido a ver a elaboração e edição dele com o facto de em 1622 terem sido canonizados vários santos espanhóis, de em 1625 ter sido canonizada a rainha S. Isabel – um dos poucos santos "recentemente" canonizados que os portugueses podiam dizer "seus" – e de se aguardar a canonização de outros? Voltaremos a esta questão.

¹³ De facto, em diversos momentos da obra, particularmente nos comentários a muitas "vidas", Jorge Cardoso deixou explícito o quanto se interessava por (desejando abarcá-los) múltiplos aspectos da história de Portugal, que não só a história eclesíástica, o que o levou a discutir etimologias, referências topográficas, precisões genealógicas, cronológicas, etc., facto que lhe veio a grangear, junto dos contemporâneos, a fama corrente de *Antiquario* e de *Padre das Antiguidades*. Este aspecto foi muito bem notado pelo(s) autor(es) da referida *Vida de Jorge Cardoso* (esp. fl. 42r. e v.). A ele regressaremos mais adiante.

¹⁴ Apesar de lhe ter dedicado cerca de 40 anos da sua vida (desde, pelo menos, 1629, dada a edição do *Officio Menor*, até 1669, data da sua morte), Jorge Cardoso apenas conseguiu, como se sabe, ver impressos 3 tomos deste *Agiologio Lusitano*, correspondentes aos meses de Janeiro a Junho. O autor confessou e demonstrou em diversos momentos destes 3 tomos que já tinha reunidos muitos elementos para os tomos seguintes, que não conseguiu completar para edição. A sua "empresa" veio a ser parcialmente continuada, como também se sabe, no séc. XVIII, por D. António Caetano de Sousa, que apenas conseguiu completar e imprimir o tomo IV (Lisboa, 1744), referente aos meses de Julho e Agosto. Desta "continuação", por razões óbvias, nos não ocuparemos aqui, mas fá-lo-emos num próximo trabalho.

Agiolôgio Lusitano, um dos maiores, mas não dos mais conhecidos, monumentos da cultura portuguesa do século XVII¹⁵.

Graças a esse fervor, Cardoso, desde a publicação do referido *Officio Menor*, mantendo e alargando as razões fundamentais da sua composição (a devoção, amor e veneração dos "Santos deste Reino"¹⁶) ocupou-se num "infatigavel estudo, e diligencia na inuestigação, e conhecimento da historia Ecclesiastica deste Reino; isto he das vidas, preclaras acções, e heroicas virtudes, não somente dos Sanctos Canonizados, e Beatificados, mas tambem dos insignes varões em sanctidade (a que chamamos Veneraucis) e outros de excellente, e não vulgar virtude, e finalmente d'aquelles valerosos soldados da milicia Euangelica..."¹⁷. Na impossibilidade – segundo a sua explicação, por falta de materiais suficientes – da composição de uma história eclesiástica¹⁸, e como o seu "intento era mais proseguir a narração, e louvor das vidas, e virtudes das pessoas, que a continuação, e perpetuo curso dos tempos.", optou por esta

¹⁵ Este facto foi notado, quer pelas referências mais antigas (esp. do séc. XVIII), quer pela bibliografia mais recente sobre a obra. O trabalho de maior fôlego realizado sobre o *Agiolôgio Lusitano* foi o de Carlos Alberto AFONSO, *No tempo em que todos eram santos. Estudo sobre o "Martirologio Nacional Português": o "Agiolôgio Lusitano" de Jorge Cardoso*, Trabalho de síntese para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade do Minho, 1988 (policopiado); veja-se ainda o artigo de Justino Mendes de Almeida e Maria Isabel de Mello Moser, *O "Agiolôgio Lusitano" do Padre Jorge Cardoso, como fonte histórico-cultural*, in *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, Évora, 1994, 175-194; mais recentemente, Joaquim Fernandes da CONCEIÇÃO, *Espiritualidade e religiosidade...*, ob. cit. Reconhecemos, em particular, a verdade e justeza das afirmações de Justino Mendes de ALMEIDA e Maria Isabel de Mello MOSER no artigo *supra* citado, nomeadamente no seu título, mas cremos que, no(s) estudo(s) da obra, haverá sempre que realçar e não perder de vista a sua função e finalidade hagiográficas, até mesmo nos "comentários" às diferentes vidas, uma vez que Cardoso, discutindo e precisando (ou, em alguns casos, tentando precisar) dados históricos, geográficos, topográficos, literários..., fê-lo quase sempre no quadro da articulação da história com a santidade ou, por mais preciso, da santidade com a história, num contexto de afirmação do valor e da riqueza da história sacra de Portugal, nomeadamente das suas "antiguidades", mas não esquecendo também a sua história mais recente, como veremos.

¹⁶ *Agiolôgio...*, I, "Advertencias necessarias ao Agiolôgio Lusitano", §. 1. As citações que aqui faremos desta e de outras obras respeitam a grafia das mesmas, embora tenhamos desenvolvido as abreviaturas e transcrito o & por e.

¹⁷ *Agiolôgio...*, I, "Advertencias...", § I, 1 (subl. nosso). Notemos como Cardoso realçou – e por isso sublinhámos o "isto he" – uma dimensão da história eclesiástica que privilegiava mais os actores dessa história do que as suas instituições. Notemos também, desde já, como Jorge Cardoso hierarquizou – assim o faziam também os seus contemporâneos – os "santos" deste *Agiolôgio Lusitano...*

¹⁸ Cardoso confessou que, inicialmente, desejara compor uma História Eclesiástica, mas "como esta por razão do título, pedia que fossem os annos infiadados, e successiuos pelo discurso dos tempos, cousa (por falta de inteiras noticias desta materia) impossivel...", pela falta de "escriitores, e necessarias memorias para proseguir este assumpto" que originaria o corte frequente do "fio dos annos com frequentes intercencias, cousa defectuosa, e pouco agradauel...", preferiu mudar "de proposito" e empreender este "tratado de santos".

obra formalmente construída segundo o modelo dos martirologios¹⁹, mas de características e objectivos bastante mais amplos. Tal facto obrigou-o, compreensivelmente, a "lér innumeraueis volumes, escudrinhar varios cartorios (...), desempoar antigos pergaminhos, i scritturas, procurar diuersas relações, e noticias, instrumentos autenticos, summarios, e papeis manuscriptos das religiões, e conuentos deste Reino, e fora d'elle, solicitados (por cartas) de pessoas grauiissimas, escriptores, e cronistas de Hespanha, no tempo que tinhamos liure esta correspondencia"²⁰. Além disso, e com vista à maior exaustividade possível – uma das suas evidentes preocupações, como notaremos –, pediu aos "sabios, e prudentes" e a todas as "pessoas zelosas" que lhe comunicassem "alguas noticias" com que esta obra pudesse "no que lhe falta sair, e offerecer mais vistosa e enriquecida de preclaros varões, e de suas exemplares virtudes, e acções, porque de todo se não perca a memoria d'ellas, como a de tantos Sanctos, e seruos de Deos, que produzio este religioso Reino de Portugal: cuja noticia (por falta de Escriitores) ficou no profundo abismo do esquecimento"²¹.

Claro que nesta opção do autor terá pesado muito uma concepção de história sagrada que se diferenciava em parte, como, aliás, referiu, do modelo tradicional da história eclesiástica e, em certa medida também, do das crónicas monásticas e de congregações religiosas. Por isso privilegiou, assumidamente, uma história de carácter mais "universal" – mas que não quis atemporal²² –, baseada numa multiplicidade de exemplos, de encarnação de modelos, que, como veremos, Cardoso pensava mais eficaz e mais útil a todos porque, instruindo e admirando – dois dos objectivos da narrativa barroca –, fornecia modelos e exemplos concretos e diversificados

¹⁹ Por isso adoptou a ordenação "diária" das vidas – pelo decurso de "todos os dias e meses do ano" – e de acordo com a "antiguidade" (leia-se, ano da morte), e não pela ordem alfabética como estranha e incompreensivelmente afirma J. Fernandes da CONCEIÇÃO, *Espiritualidade e religiosidade...*, 50. Um rápido folhear do *Agiológico* é mais do que suficiente para que se veja que não há qualquer ordenação de ordem alfabética. Também não podemos concordar com este autor quando refere, na mesma sequência, "a profusa anotação, nas margens da "mancha" do texto principal, de referências bíblicas. São citações abundantes que o autor considera pertinentes a pretexto do propósito da hora da morte" (sublinhados nossos). É certo que há algumas referências bíblicas, mas, na mancha total, são pouquíssimas; a maior parte das "anotações" diz respeito, muito simplesmente, aos nomes dos "santos" e respectivas ordens ou estados.

²⁰ *Agiologio...*, I, "Advertencias...", § I, 2-3, subl. nosso.

²¹ *Agiologio...*, I, "A quem ler", s.n.

²² Neste aspecto distinguiu-se, voluntariamente, como confessa, de outros autores, nomeadamente de outros hagiógrafos e de alguns cronistas de ordens religiosas que, nos relatos das "vidas", muitas vezes omitiram, como era tradição no género hagiográfico, toda e qualquer referência temporal ou cronológica. Além disso, a ordenação diária e, quase sempre (mas não sempre), cronológica permitiu-lhe começar pelos santos e mártires dos primeiros séculos do cristianismo e terminar nos "santos" e mártires do seu tempo (ou de pouco tempo antes...).

que, comprovando e divulgando a existência de muitos "santos"²³ portugueses, podiam ser *imitados* por todos, até porque não escreveu "este Agiologio, para que publicamente se lea na Igreja, mas que de sua deuota lição resulte algum spiritual frutto aos lectores, principalmente aos naturaes deste religioso Reino de Portugal"²⁴. Por isso preferiu, como vimos, o título de *Agiologio* – e não de *martirologio* ou *menologio* –, precisamente por poder compreender "todo genero de sanctos Martyres, Confessores, Virgens, e Matronas", ou seja, não só os "sanctos canonizados, e beatificados, mas também dos varoens de eminente virtude, que he grande parte do argumento de nossa empresa"²⁵. Além disso, ao qualificá-lo de *Lusitano* justificava, logo no título, a inclusão de santos da antiga Lusitânia, muitos dos quais figuravam então nos catálogos espanhóis. Por isso explicou ter sido seu "Assumpto (...) escrever de todos os de Portugal (de que até ao presente pudemos ter noticia) entrando nelle, assi os da antiga Lusitania, e Galliza Bracharense, como os que florecerão depois que Portugal he Reino e Monarquia separada, gouernada por Reis Portugueses. E outro si d'aquelles, que com Apostolico zelo, e grande gloria de Portugal, e de toda a Igreja Catholica, desterrandose de sua patria, com admirauel frutto semearão a doutrina Euangelica em tam remotas, e dilatadas Prouincias de nossas conquistas..."²⁶.

Um engrandecimento de Portugal reforçado, deste modo, pela antiguidade do seu território e pelas suas "conquistas"? Sem dúvida, até porque estas lhe permitiram registar, aumentar e diversificar o *número* e a *qualidade* dos seus mártires, nomeadamente de muitos mártires do século XVII, particularmente da evangelização²⁷.

23 Sempre que usarmos o termo "santo" no vasto sentido com que, genericamente, o utiliza J. Cardoso neste *Agiológico* – abrangendo *também* todos os "varões, virgens e matronas ilustres em virtude" ou "de não vulgar virtude" que os decretos pontifícios não autorizavam fossem chamados de santos –, colocá-lo-emos entre aspas. Quando o sentido for o sentido restrito – santo canonizado ou de culto inmemorial, beato, ou mesmo só venerável – usá-lo-emos sem aspas. Não faremos tal distinção no termo mártir porque J. Cardoso também o não faz (nem hierarquiza), apesar de se dizer – como não podia deixar de ser na época – consciente da diferença entre o uso genérico e corrente do termo e a atribuição formal do título. Cf., em particular, as "Advertencias...", I, § XIII, 49s.

24 *Agiologio...*, II, "Protestação do autor"...

25 *Agiologio...*, I, "Advertencias...", § I, 2

26 *Agiologio...*, I, "Advertencias...", § I, 3.

27 De facto, quase não passa um só dia em que Cardoso não registe um ou mais "mártires" da evangelização, nomeadamente do Oriente e, em particular, do Japão, como adiante notaremos. Não esqueçamos que, apesar da evolução do(s) conceito(s) e das imagens da santidade, os mártires continuavam sendo os santos por excelência e o martírio continuava a exercer um fortíssimo fascínio sobre muitos cristãos, permanecendo como o "modello da imitare", como mostrou Francesco Scorza BACELLONA, *Dal modello ai Modelli* in AA.VV., *Modelli di santità e modelli di comportamento. Contrasti, intercessioni, complementarità*, Torino, 1994, 9-18. Lembramos ainda

História e santidade

Cardoso partiu, portanto, do pressuposto de que Portugal era uma "pátria de santos", mas, por incúria dos nacionais, essa imagem não transparecia para o estrangeiro, ficando Portugal, conseqüentemente, diminuído perante os outros países (nomeadamente Espanha...). Por isso, no prólogo do Tomo I do *Agiológico*, Cardoso retomou a queixa que já expressara no *Officio Menor*: a de que "auendo neste Reino, tam abundante de sabios, e doctos varões, tantos, que com as riquezas de sua sublimada sciencia, e rara erudição, puderão ter emprendido esta ardua empresa, e consummada com grande felicidade, e louuor; e auendoa acometido por partes Fr. Bernardo de Brito (...), Duarte Nunes de Leão e Pe. António Vasconcelos (...), o Padre Aluaro Lobo (...), Fr. Luis de Sousa (...), Fr. Luis dos Anjos (...), Antonio de Sousa de Macedo (...) o Doutor João de Barros (...) e outros, que em varias obras tocãrão parte deste argumento, não ouuesse até o presente nenhum, que ex professo a tomasse de todo à sua conta...". Daqui resultava, segundo o seu testemunho, que a "patria" ficava "menos acreditada no mundo por esse respeito: pois a julgão os estrangeiros por esteril de Sanctos, pela limitada noticia, que de nossas cousas tem, e pela pouca, que nós delles lhes damos"²⁸. Deste modo, a história (que era, sobretudo, lembrança, registo, elogio e divulgação) dos nossos santos – e, no seu projecto e trabalho, também, como acentuou, de todos os varões e mulheres "ilustres em virtude" que a falta de registo fora deixando "sepultados no esquecimento" – era, para Cardoso, além de um dever de católico, uma obrigação de português, para *mostrar* aos "estrangeiros" que Portugal era também uma "patria de santos"²⁹. Por isso, à medida que foi trabalhando, parece ter aumentado ainda mais essa consciência da importância da sua obra, que era "(segundo dizem) vtil, e necessaria ao Reino, pois por falta de Ecclesiasticos Historiographos, tem para si as

que alguns dos mártires modernos referidos por Cardoso aguardavam a conclusão dos respectivos processos de canonização.

²⁸ *Agiologio...*, I, "A quem ler", s.n.

²⁹ Notemos que Cardoso revela, em várias passagens do *Agiologio*, uma certa nostalgia dos tempos em que a fama e o culto dos santos era suficiente para o seu reconhecimento oficial. Particularmente sugestiva é a afirmação, a propósito dos "heroicos méritos" e da fama pública de santidade do dominicano Fr. António de Sande †1609 (II, 673-e.) a cuja "nova" da morte (seu rosto ficou "como um anjo"), de que "correo em continente (admirado do successo) grande frequencia de pouo, venerar seu defunto corpo, com tal applauso, e aclamação de Sancto, que na primitiua Igreja e alguns seculos depois, bastaua isto, para seu nome ficar escrito no catalogo delles" (subl. nosso). Além disso, por diversas vezes assumiu o desejo de que crescesse "no coração dos Portugueses a piedade e deução grande, que deuemos ter aos Sanctos patricios nossos..." (II, 678-a).

naçoens estranhas, que he esteril de Sanctos, sendo elles tantos, que excedem o numero das estrellas, e areas do mar..."³⁰.

Cardoso empreendia, portanto, uma empresa que considerava, tal como muitos dos seus contemporâneos, como acentuaremos, fundamental no quadro da afirmação de Portugal – em datas, aliás, muito significativas... – junto de outros países (leia-se, também, Espanha...) que haviam, muito antes, investido na santidade como meio e forma de afirmação do seu prestígio, nomeadamente, político. E por isso é necessário que se tenha em conta a contextualização histórica e cultural, que não esqueça o seu carácter amplo, difuso e muito complexo, da "santidade" – no seu vasto sentido que percorre a maior parte dos textos de tipo hagiográfico dos séculos XVI e XVII –, a que vão ligados fenómenos concomitantes do culto, da imitação e até do fingimento (que o houve)³¹. Como notou há já vários anos Jean-Michel Sallmann³², sendo hoje a santidade, "sotto molti aspetti", um "argomento tabù", ela não deixa de ter sido "un fenomeno ideologico, sociale e culturale che ha caratterizzato l'epoca moderna"³³. E por isso a História a não pode ignorar...

Naturalmente, sendo tal fenómeno muito complexo, exige diferentes níveis de abordagem que tenham em conta a multiplicidade de situações, definições, polémicas, orientações e vivências que, em particular nos séculos XVI e XVII, rodearam não só o culto dos santos, mas também as próprias concepções e definições de santidade³⁴, de tal modo que, como se sabe, estes aspectos constituíram, junto com outros, pontos fortes de clivagem entre

³⁰ *Agiologio...*, III, "A quem ler", s.n.

³¹ Sobre o problema do "fingimento", veja-se, em particular, a colectânea de estudos reunida por G. ZARRI, *Finzione e santità tra medioevo ed età moderna*, Torino, 1991, em especial o artigo de abertura desta autora, *Vera' santità, 'simulata' santità: ipotesi e riscontri* (p. 9-36), que acentuou como este facto histórico, "la finzione di santità", ainda que "non certo ignota al medioevo", assumiu, "a partire dalla fine del secolo XVI, una evidenza specifica...", razão pela qual "dall'ultimo quarto del Cinquecento la santità 'simulata' o 'affettata' entra a far parte delle materie abitualmente trattate dai tribunali dell'inquisitione..." (p. 9); Jean-Michel SALLMANN, *La sainteté simulée: la peur de l'hérésie, in Naples et ses Saints à l'âge baroque (1540-1750)*, Paris, 1993, 177-210. Sobre estes fenómenos em Portugal, cf., em particular, J. S. da Silva DIAS, *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal*, Coimbra, 1960, 2 vols. e o art. de Pedro TAVARES, *infra*.

³² Jean-Michel SALLMANN, *Il santo e le rappresentazioni della santità. Problemi di metodo*, in *Quaderni Storici*, 41 (Maggio-Agosto 1979), 583-602.

³³ J.-M. SALLMANN, *Il santo...*, art. cit., 584, bem como o seu importante e já citado livro (fundamental para esta temática) *Naples et ses saints à l'âge baroque*. Cf. igualmente Réginald GRÉGOIRE, *Agiografia: tra storia, filosofia, teologia*, in Gian D. GORDINI (a cura di), *Santità e Agiografia*, Genova, 1991, 15-24, esp. 17-19.

³⁴ Que não se confinam à santidade canonizada, embora esta dite as pautas referenciais. Cf. J.-M. SALLMANN, *Naples et ses saints...*, ed. cit. e Pierre DELOOZ, *Pour une étude sociologique de la sainteté canonisée dans l'Église catholique*, in *Archives de Sociologie des Religions*, 13 (1962), 17-43.

católicos e protestantes. Por isso, o célebre decreto "De invocatione, veneratione Reliquiis Sanctorum, et sacris imaginibus" saído da sessão XXV do Concílio de Trento, em Dezembro de 1563, complementado com as posições de alguns canonistas e teólogos posteriores sobre a veneração das imagens e o culto de relíquias traduzia somente alguns aspectos de uma questão de alcance muito mais vasto, que visava, como é sobejamente sabido, a posição dos Reformados sobre a matéria, mas que reflectia igualmente uma preocupação com os contornos desse fenómeno simultaneamente religioso, social e cultural que as posições dos Reformados e de muitos reformadores (um exemplo maior foi, como se sabe, o de Erasmo³⁵, mas também de Luis Vives³⁶) haviam questionado em alguns dos seus pontos nevrálgicos. A denúncia – porque era grande o fascínio – das "fantasias", efabulações, superstições e fingimentos, a que se ligavam alguns cultos e que circulavam em muitos registos e histórias de vidas de "santos" (muitas vezes sem quaisquer meios de comprovação), em particular a facilidade da atribuição de milagres e de fenómenos do maravilhoso, não deixou insensíveis os católicos de antes e, sobretudo, depois de Trento³⁷. Por isso se encontra já, com uma curiosa *insistência*, nas colectâneas de vidas de santos e mártires da segunda metade do século XVI (em particular nas recolhas mais sistemáticas e amplas, como as que fizeram, em resposta a muitas críticas dos protestantes, Witzel no seu *Hagiologium* (1541)³⁸, Luis Lippomano nas *Sanctorum priscorum Patrum vitae* (1551-1560)³⁹ e Lourenço Surio no *De*

³⁵ Veja-se a "Prefazione" de Anna Morisi GUERRA à edição de Erasmo da ROTTERDAM, *Vita di San Girolamo*, Roma, 1988, 5-27.

³⁶ Cf. Adriano PROSPERI, *L'elemento storico nelle polemiche sulla santità*, in G. ZARRI (a cura di), *Funzione e santità...*, 88-118, esp. 99, bem como Giulia BARONE, *Nuove proposte per nuovi ceti*, in AA.VV., *Modelli di santità...*, ob. cit., 143-147, esp. 145.

³⁷ Antes de Trento, alguns dos autores mais significativos são, como referimos, Erasmo, em especial na sua *Vida de S. Jerónimo* e no *Enquiridion militis christiani* e Alfonso de Valdés no *Diálogo de las cosas ocurridas en Roma* (cf. José SÁNCHEZ LORA, *Mujeres, conventos y formas de la religiosidad barroca*, Madrid, 1988, esp. 362-3). Muito significativa foi também a posição de Melchor Cano no *De Locis Theologicis* (cf. Gian Domenico GORDINI, *L'opera dei bollandisti e la loro metodologia*, in *Santità e Agiografia*, ed. cit., esp. 50). Depois de Trento, a preocupação – e haverá que questionar se, em alguns casos, irá muito além do tópico... – com a afirmação da "verdade" dos relatos hagiográficos – apoiados em "graves autores" – vem confessada ou topicamente referida por quase todos os autores de obras hagiográficas. Mas, verdadeira ou tópica, o certo é que veio a potenciar e a contribuir para a justificação dos motivos e da acção dos bollandistas, já nos inícios do século XVII.

³⁸ G. WITZEL, *Hagiologium seu de sanctis ecclesiae historiae*, Mongutiae, 1541.

³⁹ Aloysius LIPPOMANUS, *Sanctorm priscorum Patrum vitae*, Venetiis, 1551-1556 (tomos 1-5) e Roma, 1558-1560 (tomos 6-8). Sobre esta obra cf. Sofia Boesch GAJANO, *La raccolta di vite di santi di Luigi Lippomano. Storia, struttura, finalità di una costruzione agiografica*, in *Raccolte di vite di santi dal XIII al XVIII secolo. Strutture, messaggi, fruizioni*, Fasano di Brindisi, 1990,

probatis sanctorum historiis (1570-1576)⁴⁰, o reconhecimento e a condenação (ainda que não tão firme como, no século XVII, a dos bolandistas) da pouca verdade ou da pouca certeza – para não falar das muitas "invenções" – de muitos relatos hagiográficos⁴¹. Delas se queixaram (não discutimos aqui se o fizeram topicamente) também os autores peninsulares, nomeadamente os que editaram *Flores sanctorum* nas línguas nacionais, como Fr. Diogo do Rosário que, na sua *Historia das vidas e feitos heroicos e vidas insignes dos santos* (Braga, 1567)⁴², advertiu o leitor para o facto de que "...nas historias das vidas de sanctos que andam impressas em vulgar, hay muitas falhas: e hua he, que trazem escriptas algumas cousas muy incertas e apocriphas"⁴³; ou Alonso de Villegas no seu *Flos Sanctorum* (Primeira Parte, 1579)⁴⁴, que foi afirmando no prologo ao leitor que tudo o que continha a sua obra era "cierto, autentico, y verdadero"⁴⁵, com a preocupação de se dizer baseado em outras obras ou autores anteriormente aprovados...; ou ainda Pedro de Rivadeneira, no seu não menos célebre *Flos Sanctorum*, onde reconheceu que "en las historias de los Santos ay muchas

111-130, bem como René AIGRAIN, *L'Hagiographie. Ses sources, ses méthodes, son histoire*, Paris, 1953, esp. 325-338.

⁴⁰ Laurentius SURIUS, *De probatis sanctorum historiis*, Coloniae, 1570-1576, 6 vols., com muitas edições posteriores. Cf. Serenela Spanò MARTINELLI, Cultura umanistica, polemica antiprotestante, erudizione sacre nel "De Probatis Sanctorum Historiis" di Lorenzo Surio, in S. B. GAJANO (a cura di), *Raccolte di vite di sannti...*, 130-141.

⁴¹ Na mira de vários autores, nomeadamente de alguns humanistas, esteve a importante, mas também algo "perigosa" – até pela sua larguíssima e pouco controlada difusão –, *Legenda Aurea* de Jacopo da Voragine... (veja-se, sobre este aspecto, René AIGRAIN, *L'Hagiographie...*, 157-210 e a obra de AA.VV., *Legenda aurea. Sept siècles de Diffusion*, Montréal/Paris, 1986).

⁴² Esta obra, composta por duas partes, foi ordenada por D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e editada pela primeira vez em Braga, por António de Mariz, em 1567. Foi reeditada em Coimbra, em 1577 e, em Lisboa, em 1585 e 1590 (2 eds.).

⁴³ *Historia das vidas...*, "Epistola prohemial do author ao pio leitor", fl. ij r.

⁴⁴ Este conhecido e editadíssimo (e sempre "acrescentado") *Flos Sanctorum* y *Historia General de la Vida y Hechos de Jesu Christo (...)* y de todos los Sanctos que reza, y haze fiesta la Iglesia Catholica: conforme al Breuiario Romano foi editado pela primeira vez em Toledo, por Juan Rodriguez, em 1579 (1ª parte) e 1586 (2ª parte), seguindo-se-lhe diversas reedições, também em Portugal, quer em espanhol quer em português. Utilizamos aqui, por comodidade, a edição espanhola feita em Zaragoza, por Domingo de Portonarijs y Ursino em 1580, e a edição da tradução portuguesa feita em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, em 1605 (1ª parte) e 1613 (2ª parte).

⁴⁵ *Flos Sanctorum...*, ed. de Zaragoza, 1580, "prologo" s.n. Esta preocupação (tópica ou não, mas seguramente pertinente) com o "verdadeiro" justifica que o autor, na parte em que "Começão as Festas e Sanctos de Espanha e Portugal" (cf. 1ª parte, Lisboa, 1605, fl. 304r. e ss.) no "Prologo ao Lector" tenha pedido compreensão ao leitor para o eventual carácter lacónico de algumas "vidas": "se de alguns sanctos se disser pouco, que he porque não se sabe outra cousa certa: e escrever o que he duuidoso, já tenho ditto, que neste liuro não se permite, porque leua por principal fundamento verdade e autoridade do que diz: pera que o Espanhol o preze, & o estrangeyro o não despreze..."

cosas oscuras y enmarañadas que se han de desmarañar y esclarecer: muchas dudosas, que se deuen aueriguar..."⁴⁶.

Ora, os debates em torno do culto dos santos, antes, durante e depois de Trento, entre reformados e católicos, obrigou estes, que tanto vieram a favorecer tal culto, incluindo o das relíquias e imagens, a repensar, quer as formas, os meios e os limites do culto, quer o lugar e as finalidades de um dos suportes difusores dos exemplos de santidade, a hagiografia (a par da nascente hagiologia). Consequentemente, o controle da "santidade" foi visivelmente reforçado e diversificado – o que, obviamente, não significa conseguido – depois de Trento⁴⁷. A obrigatoriedade da colocação, nos relatos hagiográficos, cumprindo a determinação de Urbano VIII de 1625, reafirmada em 1634, de uma protestação negando o estímulo do culto ou qualquer veneração pública aos não canonizados ou beatificados, ou a promoção de futura beatificação ou canonização, ou a comprovação de milagres, parece ter pretendido, senão reduzir, pelo menos controlar cultos, venerações, famas de santidade e milagres pouco aprovados ou discutíveis. Como que comprovando, por outro lado, um largo crescendo do fascínio pela santidade, pelos estados místicos, pelos milagres, por fenómenos do maravilhoso... Justamente, aspectos que os reformados mais criticaram, mas que os estímulos pós-Trento à veneração dos santos e suas relíquias terão, seguramente, realimentado.

Não será, certamente, casual que, entre 1523 – ano da canonização de S. Antonino de Florença – e 1588 (ou seja, durante as décadas de maior confronto entre católicos e protestantes e de consolidação das perspectivas católicas sobre a questão, traduzida na institucionalização, em Janeiro de 1587, da Congregação dos Sagrados Ritos e Cerimónias) não tenha havido nenhuma canonização formal...; que a primeira canonização depois de Trento tenha sido só em 1588, a de um espanhol, Diego de Alcalá⁴⁸. E sabe-se também que não é casual a canonização, nas primeiras décadas do século XVII, de vários santos das novas ou reformadas congregações e ordens

⁴⁶ RIVADENEYRA, *Flos Sanctorum...*, 1616, "Al christiano y benigno lector", s.n. Todas estas afirmações traduzem e ilustram preocupações partilhadas - também na Península Ibérica - com a "verdade" de muitos factos afirmados em diversas "vidas", que ajudam a compreender o aparecimento e o fortalecimento das actividades críticas dos bolandistas, iniciadas e impulsionadas com a actividade do jesuíta E. ROSWEIDE (1569-1629), desenvolvida e solidificada por J. BOLLAND e seus continuadores. Cf., para além da ampla bibliografia sobre a actividade crítica dos bolandistas, o artigo de Gian Domenico GORDINI, *L'opera dei bollandisti e la loro metodologia*, art. cit., 49-73.

⁴⁷ SALMANN, *Il santo...*, art. cit., 586 e *Naples et ses saints*, ed. cit., esp. 97-117.

⁴⁸ Cf. Peter BURKE, *How to be a Counter-Reformation Saint*, in Kaspar von GREYERZ, (ed.), *Religion and Society in Early Modern Europe. 1500-1800*, Londres, 1984, 45-55, esp. 46-47.

religiosas (à semelhança, aliás, do que sucedera, nos séculos XIII e XIV, com os das ordens mendicantes...⁴⁹).

De qualquer modo, o aumento de processos e de canonizações, nomeadamente de santos espanhóis e italianos, no virar do século XVI para o século XVII⁵⁰, parece, simultaneamente, ter resultado de e contribuído para uma valorização dos modelos de santidade em geral e dos novos modelos em particular. Como alguns estudos mostraram⁵¹, é bem significativo que as célebres canonizações de 22 de Março de 1622 por Gregório XV tenham sido maioritariamente de santos das novas ou reformadas ordens e congregações: S. Filipe de Néri (1515-95), um modelo de vida sacerdotal e impulsor de uma nova congregação; S. Inácio de Loyola (1491-1556), fundador da Companhia de Jesus e um apóstolo dos novos tempos; S. Francisco Xavier (1506-51), um modelo da nova missão; S. Teresa de Ávila (1515-82), reformadora das Carmelitas e modelo de mulher apóstolo e doutor. Neste conjunto, um único santo medieval, mas (significativamente?) um leigo, S. Isidro, o "lavrador" (c.1080-1130).

Sem discutir aqui a utilização política da hagiografia e até mesmo da santidade através da exploração do culto de santos particulares como expressão de políticas dinásticas, régias ou familiares⁵², parece inquestionável que o prestígio espiritual das diferentes ordens e congregações religiosas e do clero em geral – consequentemente também dos diferentes países católicos – tendia a apoiar-se, cada vez mais, no número e na visibilidade dos seus santos: um aspecto que as crónicas monásticas,

⁴⁹ Cf. A. VAUCHEZ, *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge*, Roma, 1988 (2ª), esp. 449-454 e *Jacques de Voragine et les saints du XIIIe siècle dans la "Légende Dorée"*, in AA. VV., *Legenda Aurea. Sept siècles de diffusion*, 27-56; Michael GOODICH, *The politics of canonization in thirteenth century: lay and Mendicant saints*, in Stephen WILSON (ed.), *Saints and their cults. Studies in Religious Sociology, Folklore and History*, Cambridge, 1983, 169-187, esp. 176-181.

⁵⁰ Cf., em particular, R. DARRICAU, *La sainteté en France au XVIIe siècle (1590-1715)*, in AA. VV., *Histoire et Sainteté*, Angers, 1982, 83. Este autor notou, a propósito da "sainteté italo-espagnole" – e com base nos processos de canonização entrados em Roma –, que foi especialmente a partir de 1590 – mais concretamente entre 1590 e 1640 – que se verificou "le décès d'un nombre très élevé de personnages réputés saints, avec un maximum dans les années 1600-1630, et surtout 1620-1630 (...). Donc, la grande période de la sainteté espagnole ne se situe pas dans le plein XVIIe siècle, mais au tournant du XVIe et du XVIIe siècle...".

⁵¹ Esp. R. DARRICAU, *La sainteté...*, art. cit., esp. 65-66 e P. BURKE, *How to be...*, art. cit., 50-51.

⁵² Cf. H. FROS, *Culte des saints et sentiment national*, in *Analecta Bollandiana*, T. 100 - *Mélanges offerts à Baudouin de Gaiffier et François Halkin*, Bruxelles, 1982, 729-735, e Sofia Boesch GAJANO, *Dai leggendari medioevali agli "Acta Sanctorum": forme di trasmissione e nuove funzioni dell'Agiografia* in *Rivista di Storia e Letteratura Religiosa*, Anno XXI (1985), n. 2, 237.

sustentando com eles o prestígio das respectivas ordens, não deixaram de alimentar, reproduzindo e divulgando as "vidas" não só dos seus santos, mas também dos seus religiosos exemplares, acentuando a importância do seu registo escrito...

Por tudo isto, a hagiografia – um género que registou, mas também formou e (re)configurou, muitos modelos de santidade e de "virtude" – pode apresentar-se como um meio privilegiado para o estudo dos modos de conservação, fixação, difusão, reprodução e renovação de muitos modelos e exemplos de santidade e virtude, nomeadamente quando a redacção das diversas "vidas" e recolhas de vidas deixou de se restringir aos (já antigos) santos, beatos e mártires consagrados pela Igreja, e foi apostando na divulgação de "santos" tardo-medievais e modernos, muitos dos quais aguardavam (e aguardariam...) ainda a beatificação e/ou canonização.

Por isso, o registo de "vidas" não só de antigos, mas também de recentes santos, beatos, veneráveis ou, simplesmente, "ilustres em virtude", pautado pela tradição do discurso narrativo hagiográfico, acentuando o seu carácter de *exempla* – dado que, como afirmaram diversos autores, movem mais os exemplos que as palavras⁵³ –, terá de ser enquadrado num contexto que vinha realçando as relações da santidade com a história, nomeadamente no Portugal do virar do século XVI para o século XVII.

Aliás, para vários dos autores, a hagiografia mais não era do que uma forma particular de História, ou, melhor, uma *outra face* da História⁵⁴, que Alonso de Villegas, no "Prologo al lector" do seu *Flos Sanctorum* tão bem explicou: "La historia que celebra los hechos valerosos de los que en la guerra han ganado renombres de valientes y esforçados, es provechosa

⁵³ Claro que esses *exempla* só o eram enquanto reprodução dos modelos de santidade que o tempo fora consagrando. Mas tinham também a enorme vantagem de *confirmar*, avivando-os, os mesmos modelos. Como afirmou Fr. Diogo do ROSÁRIO na "Epistola prohemial do author ao pio leitor" da *Historia das vidas e feitos heroicos... dos santos* (fl. iij r.): "He tam grande a preguiça e ho somno do coraçam humano, que se não he leuado quasi por força, e espartado com muy agudas esporas de viuos exemplos, nam ha quem com soo a palaura ho acorde do somno da carnal concupiscencia (...) Assi diz sancto Isidoro no liuro de Sumno bona, que pera correijam e emenda da vida dos homens, e pera se cometerem a Deos, muito mais aproueitam os exemplos que as palauras". afirmou ainda mais adiante que "ver tam sublimados nos ceos, os que foram de carne e osso como nos, porque se esforçaram a seruir a Deos, desperta muito nosso descuido...". Veja-se igualmente a Epístola "Al Christiano Lector" do Dr. Francisco de PISA incluída na edição de 1588 do *Flos Sanctorum* de A. de VILLEGAS: "...aquellos sanctos, cuyas historias leemos: eran hombres como nosotros, y de carne y hueso como nosotros...".

⁵⁴ Por isso mesmo lembrou Jorge CARDOSO que era "proprio argumento desta obra dar breue noticia das vidas, e acções virtuosas dos Sanctos, e varões eminentes em virtude deste Reino, e suas conquistas, passando em silencio suas politicas façanhas, dado que merecedoras de illustres elogios..." (*Agiologio...*, I, 204-c., subl. nosso). Porque as "políticas façanhas", apesar de tudo, iam tendo a(s) sua(s) história(s)...

solamente para la gente de guerra. La historia que trata de personas que gobernaron Provincias y Reynos con mucha prudencia y justicia, sirve y aprouecha para la gente de gouierno: porque los unos y los otros se alientan y animan con su exemplo para imitarlos, y ganar gloria y honra, como ellos la ganaron. Mas ni todos los hombres han de seruir la guerra, ni todos han de professar el gouierno. Y porque a todos les quadra y es necessario el obrar bien para saluarse, a todos les quadra y conuiene la hystoria de vidas de sanctos: porque todos hallaran en ellas exemplos que imitar, y dechados de que sacar virtudes, que son los grados de la escala por do se sube al cielo"⁵⁵. Esta ideia veio a ser retomada, na edição portuguesa da 2ª parte (1613)⁵⁶, no "Prologo del impressor a los lectores": "Si es toda suerte de historia (segun los antiguos Philosophos) testigo de los tiempos, luz de la verdad, vida de la memoria, maestra de los humanos, y mensagero de la antigüedad: aquella lo deue ser con mas veras, do todas estas condiciones se hallan en grado mas conocido, qual es la historia sagrada, en la qual, los testimonios son indubitables, la verdad infalible, la vida eterna, maestro el Espirito sancto, y mensageros sus Profetas..." – especialmente a história das vidas dos santos, por ser "...vna memoria esenta de las leyes del tiempo..."

Lembremos ainda que o conhecido *Flos Sanctorum* de Fr. Diogo do Rosário, editado pela primeira vez em 1567, se chamou, significativamente, *Historia das vidas e feitos heroicos e vidas insines dos sanctos...*

Deste modo, esta espécie de "história da santidade em Portugal" – completando outra(s) história(s) do Reino – parecia adquirir maior urgência pelo estado de esquecimento em que, segundo quase todos os autores, permanecia, fazendo com que o silêncio significasse, para muitos – particularmente para os "estrangeiros" –, não existência.

Assim se compreende que vários autores anteriores ou contemporâneos de Jorge Cardoso tenham insistido, por vezes de modo e forma muito idênticos, nestes mesmos aspectos. Particularmente (significativamente?) nas obras editadas depois de 1640... Veja-se, a título de exemplo, a afirmação de Fr. António da Purificação – o autor responsável também pela edição do *Jardim de Portugal* de Fr. Luis dos Anjos – no longo e esclarecedor "Prologo" da *Cronica da antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho*⁵⁷, que colocou, entre os muitos aspectos que enobreciam Portugal perante os "estranjeiros", a "grande multidão de sanctos, que em seu pequeno terrão tem criado, e dado ao Ceo", razão pela qual prometeu "depois desta obra, tirar a luz em lingua latina

⁵⁵ A. de VILLEGAS, *Flos sanctorum...*, ed. de 1580, fl. iij.

⁵⁶ A. de VILLEGAS, *Flos sanctorum...*, 2ª parte, Lisboa, Oficina de Pedro Craesbeeck, 1613.

⁵⁷ Impressa em Lisboa, por Manoel da Sylva, em 1642.

hum Martirologio Lusitano, em que trabalho ha mais de doze annos. Entre tanto leão os Authores, que tratão deste argumento, e as Chronicas das Religiões, e acharseha pela mayor parte, que dos Sanctos deste Reyno, tem mais, que de qualquer outro da Christandade", o que mostraria "quam pouca rezão tem alguns Escritores estranhos em nos deitarem em rosto, que Portugal tem poucos Sanctos..."⁵⁸; ou a justificação do Pe. Baltasar Telles, no prólogo da *Chronica da Companhia de Jesu, na Provincia de Portugal*⁵⁹, da importância da publicação da mesma, com base no argumento de que "...por lhe faltar a luz do prêlo, estavam as cousas desta provincia como nas trevas do esquecimento, e ficavam estas vidas como sepultadas, e sem vida, por nam terem a alma da impressám"⁶⁰;

Pelas mesmas razões, o Doutor D. Paulo da Piedade, na licença do *Breve exemplar das vidas de alguns santos conegos regulares (...) de S. Agostinho* compilado e editado por D. Timóteo dos Martires⁶¹, louvou o trabalho do autor, sugerindo-o como estímulo para que "algum estudioso se applique a outro maior trabalho de ajuntar em obra especial, as vidas ou pello menos em hum cathalogo os nomes da multidão dos Santos..." da sua Ordem.

Por seu lado, o Pe. Manuel da Esperança também realçou a mesma ideia na sua *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*⁶². Ainda que a sua Ordem contasse já com alguns anais e crónicas – de Fr. Marcos de Lisboa, de Lucas Waddingo, de Gonzaga – que incluíram santos e religiosos portugueses, tais obras eram ainda muito incompletas, particularmente no que dizia respeito aos mais "modernos"⁶³. Por isso este cronista franciscano começou por realçar, nas

⁵⁸ A. da PURIFICAÇÃO, *Chronica... Eremitas de S. Agostinho*, "Prologo a toda esta obra", fls. 13v.-14r.

⁵⁹ A primeira parte, como é bem sabido, foi editada pela primeira vez em Lisboa, por Paulo Craesbeeck, em 1645 e a segunda parte em 1647.

⁶⁰ Balthazar TELLES, *Chronica da Companhia de Jesu, na Provincia de Portugal*, prologo.

⁶¹ Cf. D. Timotheo dos MÁRTIRES, *Breve...*, Coimbra, Manuel Carvalho, 1648, "Licenças da Ordem" (datadas de 25 de Abril de 1646)

⁶² A Primeira Parte – a que, de momento, nos interessa – desta obra foi editada em Lisboa, na Oficina Craesbeeckiana, em 1656.

⁶³ O próprio autor acentuou este facto, não sem algumas queixas em relação aos cronistas anteriores da sua ordem: veja-se a passagem das "Declarações importantes aos que lerem esta obra" (*Historia Serafica...*, I, s.n.), em que, referindo-se à necessidade desta obra para a "grandeza" e "gloria grande" da Provincia de Portugal" e sua "fama junto dos estrangeiros", notou que "o padre frei Marcos, sem tratar de fundações, occupou o seu deuoto espirito em referir santidades, não só de hua Prouincia, senão de toda a Ordem, e querendo acodir ao comum cortou de necessidade por muitos particulares: demais que, poucos annos adiante do de 1520 acabou o seu trabalho. O padre frei Lucas depois de estar em Roma, quando quiz pegar da penna não teue que escrever desta mãe, que o criou em o seu noiciado, e lhe deu no estudo a doutrina, além das bullas Apostolicas, que a ella pertencião, senão aquellas noticias, que o padre Gonzaga lhe exhibio no seu liuro, todas curtas,

"Declarações importantes aos que lerem esta obra", que "esta arvore" – a "Prouincia chamada de Portugal" – "daua frutos de santidade insigne cada anno, cada mez, cada dia, e cada hora. Deu illustrissimos Martyres, gloriosos confessores, e varões mui assinalados, muitas Mulheres de excellente virtude. Governou muitos annos por seus filhos os Estados deste reino (...). Mas toda esta grandeza, e esta gloria grande, por não ter a vida da impressão, estaua amortalhada no maior esquecimento..."⁶⁴: uma ideia que vários censores da obra também realçaram⁶⁵.

Não será necessário coligir muitos mais textos para que se veja o quanto Jorge Cardoso não só partilhava os desejos das diferentes ordens e congregações religiosas, como se lhes sobrepôs, ao conceber uma obra muito mais ampla e sistemática, abarcando, naturalmente, os "santos" delas, mas não excluindo o clero secular – mais sacrificado pela ausência de crónicas específicas – e todos os leigos (reis e rainhas, príncipes e princesas, varões, virgens e matronas "de não vulgar virtude") dos tempos modernos, frequentemente excluídos dos catálogos, senão mesmo do mundo, dos santos...

Santidade e identidade da "Pátria"

Ora, esta valorização – que se pretendia também afirmação e comprovação – dos "santos" (no seu mais amplo sentido) de "Portugal e suas conquistas", ainda que através, sobretudo, do enaltecimento dos "santos" das diferentes ordens e congregações religiosas, mas não excluindo nem minimizando os seculares, como veremos, traduz bem o quanto se fazia ligar a santidade, simultaneamente, à história e à identidade deste reino que por então vivia ainda em confronto político e militar com Espanha, esse outro reino que acabava, precisamente, como já lembrámos, de colocar vários dos seus santos – e santos muito recentes – nos altares... A própria Rainha S. Isabel ("de Portugal"), canonizada em 1625, era natural de Aragão...⁶⁶.

e viciadas alguas. As outras, em que eu pera elle trabalhei, não lhe deuião ser dadas, por quanto não apparecem em todos os sete tomos, que entregou à estampa".

⁶⁴ *Historia Serafica...*, 1ª Parte, ed. cit, "Declarações...", s.n.

⁶⁵ Veja-se, em particular, a aprovação de Fr. Manuel do Sepulcro e a de Fr. João d'Andrada.

⁶⁶ Claro que Portugal se orgulhava da recente canonização – em 1625 – da Rainha S. Isabel. Mas uma canonização que ficou a dever muito ao empenhamento de Filipe II e Filipe III... Além disso, S. Isabel era natural de Aragão e aí tinha culto. E pelos critérios que também usou Cardoso, tal facto autorizava os espanhóis a incluí-la entre os seus santos. Cf., em particular, o estudo clássico de António G. R. de VASCONCELOS, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, 2 vols, Coimbra, 1894, esp. 314-318 e 350 e ss.

Além disso, o facto de se utilizar o fenómeno da santidade como algo que deveria obrigar a revalorizar a história e a identidade do reino (as quais, neste campo específico, segundo o testemunho dos vários autores referidos, seriam quase ignoradas) mostra exemplarmente o quanto tal fenómeno se impunha como referente, simultaneamente, espiritual, cultural e político.

Talvez assim se entenda melhor o significativo aumento – ou, se preferirmos, mediante a análise que adiante faremos, a maior visibilidade – na segunda metade do século XVI e primeira metade do XVII, quer de pessoas mortas com "fama" e "odor" de santidade, quer dos processos de beatificação e canonização iniciados e/ou entrados em Roma: duas faces do mesmo problema... Porque havia os de muita virtude e de muitas virtudes, os veneráveis, os beatificados e os canonizados; e só eram beatificados ou canonizados aqueles cuja santidade fosse provada; logo, era preciso prová-la...; esta necessidade podia aumentar a fama das virtudes, a veneração, o culto, os milagres... elementos que contariam decisivamente para a canonização.

Além disso, como atrás se viu, não podemos esquecer o contexto cultural e espiritual da Europa católica dos tempos pós-Trento a que muitas das referências dos autores portugueses se reportam. Muito significativamente, o período que se seguiu, em especial, aos anos 80 do século XVI e com maior visibilidade na primeira metade do século XVII⁶⁷ viu reforçar-se e diversificar-se o registo e divulgação de vidas de santos. E não falamos apenas das vidas individuais – em latim e em vulgar – de santos, beatos, de veneráveis e de alguns – continuemos a usar a expressão da época – "varões ilustres em virtude", não esquecendo que a grande maioria destas últimas terão surgido como forma e meio de contribuição para a elaboração de processos de beatificação e canonização; referimo-nos também às edições e reedições, em toda a Europa, de *Flos sanctorum*, de *martirologios*, de *menologios* e de outras colectâneas de vidas de santos, bem como às recolhas hagiográficas mais "regionais", algumas delas mesmo locais⁶⁸, e sectoriais (por ex., martirologios e menologios das diferentes

⁶⁷ Nomeadamente na Península Ibérica. Cf. SÁNCHEZ LORA, *Mujeres...*, esp. 375 e ss.

⁶⁸ Veja-se, a título de exemplo, o *Flos Sanctorum. Fiestas, i santos naturales de la Ciudad de Cordova. Algunos de Sevilla, Toledo, Granada, Xerez, Ecija, Guadix, i otras ciudades, i lugares de Andaluzia, Castilla, i Portugal* da autoria do Jesuíta Martín de ROA, obra impressa em Sevilha, por Alonso Rodriguez Gamarra, em 1615. Um fenómeno peninsular que teve outras correspondências, pelo menos, no mundo mediterrânico: cf. J.-M. SALLMANN, *Naples et ses saints...*, esp. 19-35, onde retoma o que já mostrara no seu artigo *La littérature hagiographique en Italie méridionale de 1500 a 1750*, in S. B. GAJANO (a cura di), *Raccolte...*, 169-180.

ordens religiosas⁶⁹, crónicas das diferentes "Províncias", como as dos franciscanos, ou de ramos "reformados" ou "descalços" de outras ordens).

E do mesmo modo que as diferentes ordens e congregações religiosas tentaram, nas respectivas crónicas, registar, lembrar e divulgar os seus santos, beatos, veneráveis, mártires e "varões de insigne virtude", também muitas "regiões" quiseram mostrar os seus santos: os que o eram formalmente e os que tinham "fama" de o ser e que, portanto, muitos veneravam como santos, logo, podendo esperar-se viessem a ter reconhecimento oficial... Além disso, o próprio carácter "local" das origens e mesmo persistências de alguns cultos, enquadrando-se, por um lado, na dimensão mais ampla do fenómeno da santidade, também podia, por outro, ficar submersa por outros santos e cultos mais – digamo-lo, ainda que anacronicamente – "nacionais" ou universais, perdendo visibilidade (do culto e da região...).

Todos estes meios traduzem, visivelmente, o crescendo do esforço, a partir do final dos anos 60 do século XVI, de divulgação – com martirólogos, menológicos, crónicas monásticas – dos "santos" locais e "nacionais", erigindo assim verdadeiros monumentos literários⁷⁰ em louvor dos santos e mártires e, concomitantemente, dos países ou regiões de onde eram originários, ou onde tinham morrido, ou onde deles se conservavam relíquias e culto...

Na Península Ibérica, o fenómeno começa a ser particularmente visível não só com a introdução, nos *Martirólogos* e *Flores Sanctorum* dos finais de quinhentos, dos mais recentes santos, beatos e veneráveis de Espanha e de Portugal⁷¹, mas também, nas primeiras décadas do século XVII (já antes de 1640...), com a inclusão de referências e breves resumos das vidas de portugueses "ilustres em virtude" – e não só em armas e letras – em vários tipos de obras de uma certa defesa ou exaltação do Reino, como,

⁶⁹ Obras que J. Cardoso citou e mostrou conhecer bem. Logo nas "Aduertencias necessarias ao Agiologio Lusitano", depois de justificar o título e o método usado na obra, lembrou que "Este methodo não carece de autoridade, pois o seguem já F. Chrisostomo Henriquez no Menologio Cisterciense, Hugo Menardo no Martyrologio Monastico, F. Artur no Minorita, Andre Sausaio no Gallicano, cujos exemplos bastão para apoiar a ordem que aqui guardamos; os quaes, não somente fazem menção de sanctos Canonizados e Beatificados, mas tambem dos varoens de eminente virtude, que he grande parte do argumento de nossa empresa". Cf. igualmente § II "Dos autores de que principalmente nos aproucitamos nesta obra" (4-7). Sobre o "investimento" das ordens religiosas no registo dos nomes e virtudes dos seus membros, cf. Lucia SEBASTIANI, *Cronaca e agiografia nei monasteri femminili*, in S. B. GAJANO (a cura di), *Rccolte...*, 159-168.

⁷⁰ Cf. Henry FROS, *Culte des saints et sentiment national. Quelques aspects du problème*, art. cit.

⁷¹ Assim o fizeram, por exemplo, Diogo do ROSÁRIO na *História das vidas e feitos heroicos (...)* dos sanctos e Alonso de VILLEGAS e Pedro de RIBADENEIRA nos respectivos *Flos sanctorum*.

por exemplo – notem-se os títulos –, a *Descrição do Reino de Portugal* (Lisboa, 1610) de Duarte Nunes de Leão que incluiu, no seu final, elogios "Da honestidade e recolhimento das mulheres Portuguesas, e de suas perfeições"⁷²; ou as *Flores de Espanha, Excelências de Portugal* de António de Sousa de Macedo que, afirmando no seu prólogo não bastar "a vn Reyno para ser famoso heroicas virtudes de sus naturales, si le faltan escritos que las publiquen..."⁷³, incluiu igualmente o elogio de vários homens e mulheres "ilustres em virtude". Mais significativas – e também mais cabais improvativos dessa tendência – são as obras especificamente dedicadas aos santos e veneráveis portugueses, como são (acentuá-lo-emos mais adiante) o *Jardim de Portugal* de Fr. Luis dos Anjos, editado em 1626, e o já referido *Officio Menor dos Santos de Portugal* (1629) de Jorge Cardoso.

Por seu lado, as crónicas monásticas tenderam a incluir, notando a sua importância, os santos e "varões ilustres em virtude" mais recentes, como o fez Fr. António Daza na *Quarta Parte de Crónica dos Frades Menores*, editada em 1611 (já que a *Crónica* de Fr. Marcos de Lisboa não tinha passado dos anos 20 do século XVI) e Fr. Luis de Sousa na *Crónica de S. Domingos*, tendência que cronistas posteriores das mesmas e de outras ordens continuaram a cultivar...

Curiosamente, esta orientação (corramos, de novo, o risco do anacronismo) "nacional" – mas que é também "regional" se tivermos em conta o seu amplo contexto europeu – é acompanhada de um notório e significativo alargamento, não propriamente do conceito de santidade, mas do ideal de virtude que caracterizava todos os que "heroicamente" viveram e agiram como os santos, facto que a muitos veio a granjear, junto dos contemporâneos, a fama de santos e, por isso, com frequência, também a veneração e o crédito de muitos milagres e feitos maravilhosos, em vida e na morte, em particular através das suas relíquias.

Curiosamente também, essa afirmação "nacional" e/ou "regional" dos santos e de todos os "varões de não vulgar virtude" parece traduzir, por um lado, como dissemos, a consciência do prestígio dos ideais de santidade e, por outro, a sua importância para a preservação de uma memória do Reino que só sairia engrandecida e prestigiada internacionalmente se pudesse contar com um número significativo de santos... Logo, uma identidade que se queria afirmar, não propriamente pela diferença, mas pela *quantidade* e *variedade* dos seus santos, que lhe permitissem ombrear com muitos estrangeiros que se queriam superiores por poderem exhibir mais santos...

⁷² Duarte N. de LEÃO, *Descrição do reino de Portugal...*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1610, cap. LXXXVIII, 138-152.

⁷³ *Flores de España...*, "Al lector", s.n.

Uma identidade, portanto, que passava pela prova da existência e pela visibilidade (dentro e fora das fronteiras do Reino) dos seus santos: os que o eram formalmente, os que viveram e/ou morreram com o crédito de o serem e que, por isso, podiam (alguns...) ainda vir a merecer as honras do altar e do culto oficial. E mesmo que já não fosse possível "recuperar" a sua santidade (no seu sentido visível de culto), havia que preservar a sua memória e o seu exemplo, para que outros exemplos, à sua imagem, se fossem multiplicando...

Talvez por isso se compreenda melhor que Fr. Luis dos Anjos tenha, enquanto trabalhava na *Crónica* da sua Ordem, empreendido a tarefa de reunir e *dar noticia de algumas Sanctas, e outras mulheres illustres em virtude, as quais nascerão, ou viuerão, ou estão sepultadas neste Reino, e suas conquistas*⁷⁴. Ainda que esta obra apenas tenha incluído exemplos femininos, é significativo que o seu autor tenha querido "ajuntar algumas cousas pertencentes a nosso Portugal" para provar como "em todas as idades teue nosso Reyno mulheres excellentes em todo genero de virtudes..."⁷⁵. Curiosos igualmente são os "motiuos" que o autor diz ter tido para elaborar este "trabalho": "hum foy ver que são celebradas em algumas partes de nosso Reyno muitas destas nossas Lusitanas (...) e os Pregadores não tem ategora impressas suas historias assi juntas (...). O segundo motiuo foy, que *alguns autores estrangeiros*⁷⁶ (...) tratarão das mulheres, que ouue no mundo insignes em todo o genero de virtude e assi *passarão em silencio as do nosso Portugal, como se nelle faltarão...*"⁷⁷.

Os propósitos de utilidade e de afirmação da santidade do Reino na obra são bem visíveis – e não só para o uso dos pregadores, mas também para que todos, em particular as mulheres, tivessem "facilmente a quem imitar" – e, por isso, como confessou e como era tradição no género hagiográfico, deu pouco valor às datas, já que quis "louvar virtudes, pera que sejam imitadas, e condenar vicios, pera que sejam aborrecidos". Igualmente visível é o esforço de afirmação da existência e da "excelência em todo genero de virtudes" das santas portuguesas que, por desconhecimento – em

⁷⁴ Assim o apresenta no próprio título da obra, editada postumamente em Coimbra, por Nicolau Carvalho, em 1626.

⁷⁵ Fr. Luis dos ANJOS, *Jardim de Portugal...*, "A quem ler", s.n.

⁷⁶ Luis dos ANJOS refere-se, concretamente, a Juan PÉREZ DE MOYA (1513-1596) e à sua *Varia Historia de Sanctas e illustres mugeres en todo genero de virtudes. Recopilada de varios autores*, editada em Madrid, por Francisco Sanchez, em 1583; uma obra que não terá conseguido grangear ao seu autor a fama que conseguiu com outras obras, de que uma das mais conhecidas é a *Philosophia Secreta* (1ª ed. 1585 - veja-se a recente edição de Carlos Clavería, Madrid, 1995).

⁷⁷ *Jardim de Portugal*, "A quem ler", s.n., subl. nosso.

consequência da falta de registo sistemático e, logo, de memória colectiva –, os estrangeiros ignoravam...

Por isso, quando Cardoso concebeu, elaborou e fez editar o *Agiologio Lusitano* concretizou – ainda que só parcialmente – um projecto pessoal de muitos anos, mas que traduzia e vinha ao encontro dos desejos de muitos dos seus contemporâneos⁷⁸ para quem a afirmação e divulgação dos "santos da pátria" (da sua existência e, principalmente, da sua grande quantidade e qualidade) era uma forma de definir e afirmar a identidade desta – ou, pelo menos, de sublinhar alguns contornos dessa identidade...

Jorge Cardoso e os seus colaboradores

Como no início notámos, Cardoso contou, naturalmente, com o seu longo, minucioso, dispendioso⁷⁹ e persistente trabalho de recolha de "vidas" e de dados históricos, realizado através da consulta e sistematização dos "innumeraueis volumes", dos empoeirados "pergaminhos, i scritturas", das múltiplas "relações e noticias", dos "instrumentos autenticos, summarios, e papeis manuscriptos das religiões, e conuentos deste Reino", das diversas crónicas monásticas impressas e manuscritas, mas também a partir das informações que foi solicitando "por cartas" a "pessoas grauíssimas, escriptores, e cronistas de Hespanha", bem como através de colaborações mais directas feitas por amigos e eruditos que lhe foram facultando informações várias. Deste trabalho fez ainda parte um imenso e notável cruzamento de fontes e referências (tanto de história "sagrada" como

⁷⁸ E por isso os censores da obra retomaram e reforçaram os argumentos de J. Cardoso: Fr. Isidoro da Luz, na "aprouação" do Tomo II, louvou o autor por ter sido "o primeiro, que com tanto louuor resuscitou as memorias de tantos varões illustres em virtude, e sanctidade, que estavam ha tantos seculos sepultados no esquecimento, com que carecia Portugal, não só da honra, e gloria, que lhe accresce, por gêrar tam pios, e generosos filhos, mas de efficazes exemplos, e documentos raros, com que os Portugueses se animem (mediante a graça diuina) imitalos..." e, mais adiante, afirmou mesmo que por esta obra "si se escreuera em Reinos estranhos, auião de levantar estatua a seu Autor" (*Agiologio...*, II, "Licenças", s.n.); por sua vez, o Doutor Próspero dos Mártires, na "aprouação" do Tomo III, encomiou o labor de Cardoso em reunir tantas "vidas de varões Portugueses, illustres em virtude, e sanctidade: tantos em numero, que empobrece os guarismos, i enriquece o Reino, com tanta gloria d'elle, como enueja os estranhos, que não tendo noticias destas memorias, i elogios, imaginauão os Estrangeiros, que era falta de Sanctos..." (*Agiologio...*, III, "Licenças, s.n.).

⁷⁹ Por isso lhe foi atribuída, em 1664 – quando foi ficando com "pouca vista" –, uma tença no valor de cem mil reis para um amanuense. Este facto vem realçado, quer na já referida "Vida de Jorge Cardoso" (fl. 52 r.), quer no prólogo "A quem ler" do IV tomo do *Agiologio Lusitano*, da autoria de D. António Caetano de SOUSA que refere o Alvará, registado no livro 27, f. 452 v., da *Chancelaria de D. Afonso VI*, guardado no A.N.T.T., alvará que foi recentemente transcrito por J. Mendes de ALMEIDA e M. I. de Mello MOSER, *O "Agiologio Lusitano"...*, art. cit., 178.

"profana") que a todo o momento – particularmente nos "comentários" – ressaltam da consulta do *Agiolôgio*. Além disso, os pedidos de Cardoso e o aplauso que a sua obra (em todo o processo) foi tendo junto de diversos historiadores e eruditos surtiram um dos efeitos desejados pelo autor, que foi o estímulo à recolha e registo escrito de muitas "relações" (de "vidas", de fundações de conventos, de informações várias) que contribuíam para a fixação da "memória da Pátria" que se ia perdendo...

Deste modo, como Jorge Cardoso confessou e como se vai vendo ao longo do *Agiolôgio*, muitas informações, especialmente sobre vidas de pessoas "ilustres em virtude" que não figuravam em qualquer tipo de "catálogo", foram-lhe chegando graças ao interesse e, em alguns casos, empenhamento nesta "empresa" (ou noutras semelhantes) por outros autores e eruditos seus contemporâneos, especialmente religiosos e clérigos, mas também leigos – nomeadamente amigos seus –, empenhamento resultante, como dissemos, da partilha do mesmo interesse pelo significado e pelo resultado desta obra, e como consequência também de alguns deles terem estado ou continuado ocupados ou interessados em reunir "vidas" para as crónicas das respectivas religiões ou em redigir "vidas" individuais. O reconhecimento público, por Cardoso, das suas "dívidas" em relação a amigos e colaboradores – alguns deles falecidos antes da conclusão do *Agiolôgio* – não só o enobrece, como testemunha também um envolvimento directo e bastante alargado de outros contemporâneos e amigos – e não só de autores de obras concretas – nesta monumental "empresa".

Curiosamente, tal facto não passou despercebido aos curiosos e admiradores do século seguinte, já que nas "Memorias e documentos para a historia da vida de Jorge Cardoso, autor do *Agiologio Lusitano*"⁸⁰, figura um "Catalogo das pessoas a que Jorge Cardoso se confessa obrigado por lhe darem noticias uteis pera a composição do seu *Ageologio Lusitano*"⁸¹. Tal catálogo – tivemos o cuidado de comprovar, por entre algumas imprecisões e erros de numeração, a sua quase (em alguns, poucos, casos até excessiva⁸²)

⁸⁰ É o já referido cód. 628 da Biblioteca Nacional de Lisboa, que contém, entre outros manuscritos, a "Vida de Jorge Cardoso".

⁸¹ B.N.L., Cod. 628, fls. 115 r.-120 v.

⁸² Referimo-nos a alguns casos que, objectivamente, talvez não deversem figurar nesta lista, porque, ainda que alguns dos nomes fossem de "amigos" e "afeiçoados" seus, apenas são evocados por algumas informações orais ou pela via da consulta de obras suas (de autoria ou de posse), manuscritas ou impressas. Veja-se, concretamente, D. Rodrigo da Cunha, II, 15-d; Fr. Pedro de Magalhães, II, 225-i; André Furtado de Mendonça, II, 587-m; Alonso de Alcalá e Herrera (II, 644-i; Fr. Rodrigo, II, 666-c; Luis Muñoz, II, 667-g; Miguel Brandão da Silva, III, 20-f; Fr. Filipe da Purificação, III, 21-m; Antonio Antunes de Paiva, III, 22-p; D. Luis de Meneses, III, 283-l; Fr. Manuel Luis, III, 283-l; D. Luis de Sousa, III, 283-l e 519-a; D. António Ardizone, III, 384-g; António Leão Pinello, III, 291-d; P. Nuno da Cunha, III, 428-i.

exaustividade, que, obviamente, não contemplou, nem devia contemplar, referências a autores e/ou obras, manuscritas ou impressas, de que Cardoso se serviu) – enumera (exagerando, talvez, um pouco) III colaboradores directos e activos: um número muito significativo...

Entre estes colaboradores, ocupa um lugar importante, pela recolha de informações expressamente para o *Agiolégio*, respeitantes sobretudo, mas não só, à região de Évora, o Chantre Manuel Severim de Faria, esse notável antiquário e "mecenas dos curiosos" que, pessoalmente – ele próprio foi autor de uma "vida" manuscrita⁸³ – ou através de pedidos vários, conseguiu e forneceu muitas informações e precisões que Cardoso fez questão de agradecer. Por isso confessou dever-lhe "muita parte desta obra, não só por particulares noticias, que com grande liberalidade para ella nos communicou, mas tambem, porque com sua muita erudição, maduro juizo, e vniversal conhecimento da historia Ecclesiastica, e politica deste Reino, nas muitas duuidas que necessariamente em obra tam vniversal, e dilatada se nos offerecerão, com muita facilidade se dignou responder, satisfazer, e alumiar...", sendo, aliás, "assaz conhecido dentro e fora deste Reino por vnico Mescenas dos curiosos, e antiquarios"⁸⁴.

Um realce especial deve ser dado, igualmente, a Fr. Manuel da Esperança que, pelos mesmos anos, como já lembrámos, trabalhava na redacção e edição da *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*⁸⁵ e que lhe foi fornecendo muitos dos dados e, sobretudo, das "vidas" de franciscanos(as) recolhidos para a mesma⁸⁶.

⁸³ *Agiologio...*, III, 319s.-h, em que se refere, concretamente, a redacção, por Manuel Severim de Faria, da "vida" do P. Gaspar de Miranda, da Companhia de Jesus. Claro que a experiência de Severim de Faria como biógrafo não dizia respeito apenas ao mundo da hagiografia, como o mostram várias "vidas" incluídas em obras suas.

⁸⁴ *Agiologio...*, I, 41/42-g. A contribuição do "docto" Severim de Faria é referida em múltiplos comentários (*Agiologio...*, I, 63-i, 453-n; II, 208-a, 309-l, 347-h, 630-f, III, 18-e, 41-h, 106-h, 145-d, 326-e, 327-h, 799-h).

⁸⁵ A *Primeira Parte* desta crónica foi publicada, como já referimos, em Lisboa, na Oficina Craesbeeckiana, em 1656 – no mesmo ano do Tomo II do *Agiolégio* –; a *Segunda Parte* em Lisboa, por Antonio Craesbeeck de Mello, em 1666 – o mesmo ano da edição do Tomo III do *Agiolégio* –; as Terceira, Quarta e Quinta Partes, já da responsabilidade de Fr. Fernando da SOLEDADE, só foram editadas, respectivamente, em 1705, 1709 e 1721.

⁸⁶ Além das "vidas" e notícias várias recolhidas no 1º volume (impresso em 1656) da *História Seráfica*, Cardoso mostra ter acompanhado de perto o labor de Fr. Manuel da Esperança – que na *História Seráfica* também reconhece a erudição e saber de Cardoso – e que foi fornecendo a este muitos dados do volume II da mesma, que só foi impresso em 1666, no mesmo ano do tomo III do *Agiologio*. J. Cardoso agradece a Fr. Manuel da Esperança, "benemerito Prouincial, e curioso antiquario das cousas da d. Ordem" (*Agiologio...*, I, 49-b) diversas vezes informações concretas relativas a "vidas" e conventos franciscanos (Veja-se, por exemplo, I, 116-i, 126-m, 254-h, 320-n, 349-i, 437-d, 444-g; II, 439-f, 550-i; III, 63/64-m, 354-i).

Outro colaborador importante foi o Pe. Luís de Mértola, O.C., que havia recolhido os elementos para as Crônicas gerais da sua Ordem (estando, aliás, alguns dos seus originais na posse de Cardoso⁸⁷), e que era também autor de várias "vidas" – algumas publicadas, outras (a maior parte) manuscritas – razão pela qual Cardoso foi enaltecendo, em vários momentos, o saber, erudição e trabalho deste "incançauel escuadrinhador das antiguidades de sua ordem"⁸⁸.

Neste primeiro "grupo" deve ainda ser incluído o carmelita descalço Fr. João de Cristo, "Superior do Conv. de N. S^a dos Remédios desta cidade"⁸⁹, a quem – afirma Cardoso –, pela "boa diligencia, e cuidado infatigauel (...) sempre nos confessaremos devedores das muitas noticias com que nos tem enriquecido para esta dilatada obra"⁹⁰.

Outras colaborações importantes – mas nenhuma aparentemente tão significativa como estas – foram sendo referidas e publicamente agradecidas por Jorge Cardoso (não anotamos aqui os contributos "orais", diversas vezes evocados pelo autor), que soube reconhecer como, no seu conjunto, elas se tornaram determinantes para a maior exaustividade e, conseqüentemente, para a monumentalidade da sua obra. Entre essas colaborações ressaltam as dos religiosos espanhóis da O. Mercê, o cronista Fr. Pedro de S. Cecilio⁹¹, Fr. Miguel de Alcaneral⁹², Fr. Jorge do Espírito Santo⁹³ e Fr. Alonso Ramón⁹⁴; do carmelita espanhol Fr. Juan Durán⁹⁵; do cronista lóio Fr. Miguel da Cruz⁹⁶; do "Definidor e Guardião" da Província da Arrábida, Fr.

⁸⁷ Estes dados fornecê-los-emos num próximo estudo sobre a "biblioteca perdida" de Jorge Cardoso.

⁸⁸ *Agiologio...*, I, 243-g. Veja-se, ainda, I, 86-m, 460-i, 484-e; II, 507-d..

⁸⁹ *Agiologio...*, I, 125-i.

⁹⁰ *Agiologio...*, II, 495-i. e l. Este mesmo carmelita descalço – reconhece Cardoso – "no breue tempo que estuce na India (...) inquirio com particular cuidado, para esta nossa obra, a quem ella se reconhecerá sempre deuedora...", algumas "relações" sobre religiosos carmelitas descalços (*Agiologio...*, III, 452-i., subl. nosso). Ver ainda I, 225-l, 254/5-n; II, 91-n., 198-h; III, 427-h, 826-h).

⁹¹ A colaboração deste religioso espanhol datava, pelo menos, de 1639 – *Agiologio...*, I, 134-i. Veja-se ainda I, 30-i, 272-c, 452-d e II, 307-b, em que Cardoso se lhe refere como "grande amigo nosso".

⁹² *Agiologio...*, I, 30-i.

⁹³ *Agiologio...*, I, 30-i.

⁹⁴ *Agiologio...*, I, 452-d.

⁹⁵ *Agiologio...*, II, 740-g.

⁹⁶ Cardoso diz que o conheceu e o "tratou familiarmente", tendo Fr. Miguel da Cruz "comunicado" uns "cadernos que tinha feito, em que se continhão as vidas dos religiosos esclarecidos em virtude do principio de sua religião até o anno 1600 continuando os que o P. Paulo deixou escrito" (*Agiologio...*, I, 213-g). Define-o ainda como "religioso mui exemplar, e de muita autoridade, e virtude" (*Agiologio...*, I, 330-f.).

André de S. Paulo⁹⁷; dos Provinciais dos Terceiros Franciscanos Fr. Pedro do Espírito Santo – que "...(à nossa instancia) mandou fazer pela Prouincia" algumas "memorias, e relações m.s."⁹⁸ – e Fr. Lucio de S. Paulo⁹⁹; do Abade de Penádono, Lic.º António Moreira Camelo¹⁰⁰; do Lic.º António de Leão¹⁰¹; de D. Simão de Castro, "fidalgo bem conhecido neste Reino"¹⁰²; do Geral cisterciense Fr. Angelo Manrique¹⁰³; do Lic.º Francisco Nunez d'Avila, "mui conhecido nesta cidade por suas partes"¹⁰⁴; do Dr. Cristóvão Soares de Abreu¹⁰⁵; do Cónego da Sé de Lisboa, Antão de Faria da Silva¹⁰⁶; do Provincial da O. S. Paulo em Portugal, Fr. Leonardo d'Assumpção¹⁰⁷; do trinitário Fr. Bernardino de S. António¹⁰⁸; do carmelita Fr. Manuel das Chagas¹⁰⁹; do Abade Sebastião Gonçalves Centeno¹¹⁰; do Dr. Simão Torresão Coelho, "bem conhecido neste Reino por suas letras, e autorisados cargos"¹¹¹; de Gil Gonçalves de Avila¹¹²; do Prior do Lumiar¹¹³; da mística Sór Brigida de S. António¹¹⁴; do "insigne médico" Lic.º Francisco Rodrigues Cassão, "por sua grande erudição, bem conhecido neste reino"¹¹⁵; dos cónegos de S. Cruz D. Agostinho do Rosário¹¹⁶, D. José de Britiandos¹¹⁷, D. Inocência das Chagas¹¹⁸ e D. Nicolau Coelho¹¹⁹; do

⁹⁷ *Agiologio...*, I, 144-i; II, 50-o, 225-g (em que se lhe refere como "amigo"), 296-i, 695-g. e h; III, 381-h.

⁹⁸ *Agiologio...*, I, 155-f. Ver ainda I, 87-o, 429-g; II, 643-h.

⁹⁹ *Agiologio...*, II, 643-h e 654-h, no "comentário" da vida do mesmo, em que Cardoso recorda a "breue comunicação" que com ele teve, antes da sua morte em 1646.

¹⁰⁰ *Agiologio...*, I, 493-i.

¹⁰¹ *Agiologio...*, I, 30-i.

¹⁰² *Agiologio...*, I, 273-f.

¹⁰³ *Agiologio...*, I, 319-d.

¹⁰⁴ *Agiologio...*, I, 116, I.

¹⁰⁵ *Agiologio...*, I, 94-c; II, 730-g.

¹⁰⁶ *Agiologio...*, I, 751-g.

¹⁰⁷ *Agiologio...*, I, 242-b, 413-i, 492-c; II, 272-c, 320-g; III, 383-b.

¹⁰⁸ *Agiologio...*, I, 419-c. e 485-f.

¹⁰⁹ *Agiologio...*, I, 484-e.

¹¹⁰ *Agiologio...*, I, 419-d.

¹¹¹ *Agiologio...*, I, 477-e.

¹¹² *Agiologio...*, I, 26-a.

¹¹³ *Agiologio...*, I, 444-i.

¹¹⁴ Este é um caso muito especial, já que esta religiosa – amiga de Jorge Cardoso – é também objecto de uma "vida" (bastante mais "longa" que a média...) neste *Agiólogo* (tomo III, 864s-i.). A ela deve Cardoso algumas informações sobre a O. S. Brigita em Portugal (most. das inglesas – ex. II, 160/61-i.), bem como sobre algumas religiosas desta ordem. Veja-se tomo II, 59-i; III, 442-f.

¹¹⁵ *Agiologio...*, I, 348-c. e 376-g; III, 396-a, em que Cardoso se lhe refere como "particular amigo, e affecto nosso, varão intelligente, e versado nas Antiguidades deste Reino, e föra delle..."

¹¹⁶ *Agiologio...*, I, 348-c. e 459-b; II, 334-h.

¹¹⁷ *Agiologio...*, I, 459-b.

¹¹⁸ *Agiologio...*, II, 334-h e 667-e; III, 800-l.

¹¹⁹ *Agiologio...*, III, 777-m.

franciscano Dionísio de S. Boaventura¹²⁰; das Madres Mariana de Cristo, O.C.D.¹²¹ e Catarina de Cristo, O.C.D.¹²²; do dominicano Fr. Domingos do Rosário¹²³; de Vasco Fernandes de Carvalho, "bem conhecido na Beira por sua nobreza"¹²⁴; do Chantre da Sé da Ilha Terceira, Lic^o Gaspar Correia Rodovalho¹²⁵; do franciscano da 3^a O. regular, Fr. Raimundo da Conversão¹²⁶; dos cronistas da O. de Cister, Fr. António Brandão¹²⁷ e Fr. Francisco Brandão¹²⁸; dos jesuítas Diogo Cardim¹²⁹, José de Sottomaior¹³⁰, António Cardim¹³¹, António Veloso¹³², Manuel Fernandes¹³³ e António de Macedo¹³⁴; do Vigário de S. Pedro de Vila Franca, Lic^o António Furtado da Rocha¹³⁵; dos religiosos da O. da Hospitalidade, o Vigário Provincial Fr. Bento Pais¹³⁶, Fr. Agostinho de Carvalho¹³⁷ e Fr. Manuel de Jesus¹³⁸; de António Nunes, Prior de Mértola¹³⁹; do seu amigo e "curiosíssimo varão nas antiguidades de sua patria..." D. Fernando d'Alvia e Castro¹⁴⁰; de Vasco Fernandes de Carvalho, seu "particular amigo"¹⁴¹; do Lic^o Manuel Serrão de Novais, Vigário da Igreja das Lages, "grande curioso e affecto nosso..."¹⁴²; de outro "...grande investigador das antiguidades portuguesas...", António Tavares de Távora¹⁴³; do "exquisito antiquario" e "Cronista dos santos da

120 *Agiologio...*, II, 118-h, 363-h e 621-i.

121 *Agiologio...*, II, 26-i.

122 *Agiologio...*, III, 161-l e 582-e.

123 *Agiologio...*, II, 309-n. e 347-l.

124 *Agiologio...*, II, 643-g: afirmou ainda Cardoso que à sua "boa memoria renderemos sempre immortaes obsequios, pela copia de noticias Ecclesiasticas com que nos enriqueceo". V. ainda I, 459-d.

125 *Agiologio...*, II, 507-i, 730-h; III, 161-m, 326-f, 507-g.

126 *Agiologio...*, II, 49-i e 654-h.

127 *Agiologio...*, III, 407-h. e 593-h.

128 *Agiologio...*, I, 328-b; III, 115-d.

129 *Agiologio...*, II, 507-h e 550-n; III, 145-h.

130 *Agiologio...*, I, 751-g; II, 751-g.

131 *Agiologio...*, II, 47-g. Deste jesuita são sobretudo referidas e utilizadas as obras contendo as relações dos mártires do Japão. Cf. *infra* n. 212.

132 *Agiologio...*, II, 454-g.

133 *Agiologio...*, III, 408-i; 507-h.

134 *Agiologio...*, III, 691-c.

135 *Agiologio...*, II, 520-h.

136 *Agiologio...*, I, 444-i.

137 *Agiologio...*, II, 667, f.

138 *Agiologio...*, III, 691-g.

139 *Agiologio...*, II, 208-a.

140 *Agiologio...*, II, 44-a.

141 *Agiologio...*, I, 459-d: um amigo que era também "hum dos sujeitos mais versado[s] nas historias, e curioso da antiguidade de toda a Beira", que lhe enviou grande "copia de noticias Ecclesiasticas" (*Agiologio...*, II, 643-g).

142 *Agiologio...*, III, 614-h, 631-m, 742-h.

143 *Agiologio...*, II, 13-b.

Galiza", Lic.^o Gregório de Louvarinas Feijo¹⁴⁴; do Dr. Duarte Pacheco de Albuquerque, Vigário Geral de Viseu¹⁴⁵; do conde da Ericeira D. Fernando de Meneses¹⁴⁶; do Desembargador do Paço Dr. Francisco de Andrade Leitão¹⁴⁷; do Secretário Gaspar de Faria Severim¹⁴⁸; do lóio P. Gregório dos Anjos¹⁴⁹; das Madres Jerónima Leme, O. Cister¹⁵⁰, Inês de Jesus, O.S.B.¹⁵¹; e Guiomar de S. Feliz, can. reg.¹⁵²; do Lente Fr. João de S. Bernardino¹⁵³; do Lic.^o João Freire Barreto, de Évora¹⁵⁴; do primeiro custódio da Prov. de S. António do Brasil, Fr. Sebastião do Espírito Santo¹⁵⁵; do Comissário franciscano Fr. João Pereira¹⁵⁶; do Abade de Pera, Dr. João Salgado de Araujo¹⁵⁷; do franciscano Fr. João de Vila-Real, "bem conhecido nesta Corte por sua virtude"¹⁵⁸; do Prior dos Agostinhos de Ponta Delgada, Fr. José Machado¹⁵⁹; do cronista da O. S. Bento em Portugal Fr. Leão de S. Tomás¹⁶⁰; do seu "grande amigo" Capitão Luis Marinho d'Azevedo¹⁶¹; dos eremitas de S. Agostinho Fr. Manuel Caldeira¹⁶² e Fr. Manuel Leal¹⁶³; das Abadessas do convento das Flamengas de Alcantara, Sór Marta de Cristo¹⁶⁴ e Sór Marta de Jesus¹⁶⁵; de Fr. Matias de Aguiar, O.Cristo¹⁶⁶; dos cistercienses Fr. Paulo Brandão e Fr. Zacarias da Silva¹⁶⁷; do cronista dos carmelitas descalços, Fr. Belchior de S. Ana¹⁶⁸; do Vigário geral da O. S.

144 *Agiologio...*, I, 435-a; III, 803-c.

145 *Agiologio...*, II, 319-d.

146 *Agiologio...*, II, 751-g.

147 *Agiologio...*, II, 238-i.

148 *Agiologio...*, II, 706-e.

149 *Agiologio...*, III, 614-f.

150 *Agiologio...*, I, 106-h.

151 *Agiologio...*, II, 26h.

152 *Agiologio...*, II, 643-f.

153 *Agiologio...*, II, 140-e; III, 799-f.

154 *Agiologio...*, III, 145-d.

155 *Agiologio...*, III, 709-e, 742-l, 853-i.

156 *Agiologio...*, III, 354-l.

157 *Agiologio...*, II, 14-c.

158 *Agiologio...*, III, 161-o.

159 *Agiologio...*, III, 658-h, 776-i.

160 *Agiologio...*, I, 85-i, 157-m. Deste "doctissimo varão" deixou Cardoso um breve elogio no Tomo III, 239-l.

161 *Agiologio...*, II, 260-a.

162 *Agiologio...*, II, 739-d; III, 888-g.

163 *Agiologio...*, II, 493-c.

164 *Agiologio...*, II, 237-g; III, 812-l.

165 *Agiologio...*, III, 21-n, 561-d.

166 *Agiologio...*, II, 261-e, 621-g.

167 *Agiologio...*, III, 614-g.

168 *Agiologio...*, II, 427-h.

Jerónimo, Fr. Rodrigo da Visitação¹⁶⁹; e ainda de muitas abadesas e religiosas não nomeadas de diversos conventos femininos, a quem ficou devedor de "notícias" e "relações" concretas; de outras muitas "fidedignas pessoas"¹⁷⁰ e, naturalmente, do testemunho próprio e conhecimento directo de Jorge Cardoso da vida e /ou morte de alguns "santos" deste *Agiologio*¹⁷¹.

É uma lista longa, mas que traduz bem, até pela forma como Jorge Cardoso se mostrou grato por alguns contributos espontâneos, o amplo interesse e a valorização (de uma forma activa) da sua obra por muitos "devotos", "cruditos" e "antiquários"...

O Agiologio Lusitano: entre a legenda e a história

Tendo em conta este contexto e o esforço cronístico que vinha sendo realizado pelas diferentes ordens religiosas, no *Agiologio Lusitano* estas – sobretudo as que contavam com cronistas recentes – saem, em consequência, especialmente favorecidas. Segundo Jorge Cardoso – e é muito significativo que tenha sido o autor a dizê-lo –, tal facto não resultaria só, necessariamente, da maior facilidade (apoiada numa fortíssima tradição) dos religiosos em aceder à santidade. Lá estão muitos mártires e vários leigos que o provam (se bem que vivendo e agindo como os religiosos...). Mas também neste campo a existência de memória(s) conservada(s) pela escrita foi determinante, como quis acentuar o autor, numa passagem que, apesar de longa, não podemos deixar de lembrar e realçar: "E porque algum engenho dos mal satisfeitos, não julgue esta nossa obra por muito fradesca, poderá

¹⁶⁹ *Agiologio...*, III, 145-i.

¹⁷⁰ A frequência da evocação do testemunho e das informações de "graves" e "fidedignas" pessoas dispensa-nos, pelo risco de prolixidade e do pouco interesse informativo, a sua enumeração.

¹⁷¹ Diversos são os momentos – particularmente nos "comentários" – em que Jorge Cardoso evoca o seu conhecimento directo da vida e/ou morte de alguns dos "santos", religiosos, clérigos ou leigos, usando-o como testemunho da verdade de alguns factos ou acontecimentos narrados. Veja-se, apenas a título de exemplo, os casos de Sór Isabel do Espírito Santo, Terceira O.P. (†1629): "De sua modestia, i exemplar vida fomos testemunhas de vista (por alguns annos) no tempo que ouvimos Artes no ditto Conuento"; de Fr. Miguel de S. Jerónimo, O.C.D. (†1653 – II, 639s.-i., esp. 644): "E certo que tuemos a felicidade grande, acharmonos a caso no seu officio de corpo presente, beijandolhe por muitas vezes os pés.."; de Fr. Gaspar do Espírito Santo, †1648 (II, 757s.-g., esp. 662). "...o trattamos alguns annos, e nos achamos ao gèral applauso com que foi sepultado em particular caxão.."; de Fr. Jerónimo do Deserto, O.S.B. (†1658 – III, 262s.-h.), que "viueu (...) com virtude conhecida". Cardoso diz ser "testemunha de alguas cousas referidas no texto, e bem pudera ser de muitas mais, se não forão tam notorias nos conuentuaes de S. Bento"; de Sór Brigida de S. António (†1655 – III, 864s.-i., esp. 882): "...Tambem nos puderamos referir alguns casos que parecerião milagrosos, succedidos à nossa vista, por espacio de 20 annos, que a trattamos familiarmente..".

aduertir, que as sagradas Religiões forão sempre mais cuidadosas em conseruar seus cartorios, e monumentos: e que por serem religiosos muito anciãos nas idades, não somente conseruarão as tradições dos Sanctos, que lhes precederão, mas ainda delles mesmos referião muitas cousas (como seus contemporaneos, que muito bem conhecerão, e tratarão) das quaes se compoem depois as Chronicas gêraes, e particulares de cada Prouincia; *o que não acontece nas Ecclesiasticas comunidades, aonde se não vsa de liuros de Obitos, nem se repara nas memorias, e antigas proezas de virtude, mais dignas dellas, por não auer pessoa deputada, que as escreua, e contra as injurias do tempo as eternize: propriedade mui certa dos nossos Portugueses, que se entregauão todos a obrar, quando se esquecião de escrever. Porque se bem attentarmos para as nossas Decadas, e Historias do Reino, achalamos sem duuida occupadas todas em escrever as façanhas celebres, e heroicos feitos dos Portugueses, passandolhes por alto, ou deixando em silencio seus Escriitores as acções eximias da virtude, religião e piedade; como se não fora mais sublime domar as paixões proprias, que render os inimigos, e conquistar as cidades. De muitas sabemos trazerem entre si graues contendias sobre a pretenção de patrias de Sanctos, pello grande resplendor, e gloria, que de taes filhos lhes redundia, e famoso credito a seus Principes. Pois nos liuros Genealogicos a penas se encontra pessoa abalizada em virtude; e menos noticias colhemos dos populares, e humildes, que por serem taes, juntamente morrerão, e sepultarão suas virtuosas acções, que na vida exercitãrão; as quaes nos Grandes, e Nobres campeão, e ainda depois da morte, realção. Porem do perfectissimo estado Sacerdotal (pelo que nos toca) não vai o presente tomo esteril de pios, i esclarecidos varões em sanctidade; como de retirados Anacoretas, amadores da vida solitaria, e contemplativa; e venerandas Matronas"¹⁷².*

Jorge Cardoso reconheceu que a sua obra ficava grandemente dependente dos registos escritos anteriores, muito mais frequentes nas ordens religiosas do que no clero secular e, principalmente, do que entre os leigos. A história política – e note-se a referência explícita às "Décadas e Histórias do Reino" – valorizava, naturalmente, os feitos políticos e heróicos¹⁷³. Até a literatura tinha para tal contribuído com a sua grande epopeia... Mas essa "outra face" da história – que privilegiava "as acções eximias da virtude, religião e piedade" – e que se reportava ao "mundo" individual ou de pequenas colectividades ainda não era, do seu ponto de

¹⁷² *Agiologio...*, II, "A quem ler", s.n., subls. nossos.

¹⁷³ E, particularmente no seu tempo, até a sermonária e as correntes proféticas tinham fortíssimas conexões políticas... Cf. João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa e a Restauração. 1640-1668*, 2 vols, Porto, 1989.

vista, suficientemente visível ou valorizada no panorama geral da história deste Reino...

Por isso, este projecto de Cardoso baseava-se grandemente, senão prioritariamente, na inventariação e nos relatos mais ou menos breves¹⁷⁴ – conforme a natureza das próprias fontes – do número e das vidas de, tanto quanto possível, todos os "santos da pátria", segundo uma concepção muito lata de santidade e de pátria, como vimos, que o levou a tentar conciliar duas facetas diferentes desta história sagrada: por um lado, a exposição da vida, segundo as técnicas narrativas (e os tópicos...) do género hagiográfico¹⁷⁵ e, por outro, a fundamentação e indicação das fontes de que se socorreu, segundo o modelo historiográfico, o que lhe autorizou, para nada esquecer da história sacra de Portugal, a indicação das datas e/ou dos meios, modos e patronos da fundação de igrejas, mosteiros, conventos, das informações toponímicas, etc...¹⁷⁶. Deste modo, a sua obra, além de um vasto repositório de "vidas" – como o pedia a tradição e o (aparentemente) renovado gosto e interesse pela hagiografia –, permitia-lhe expandir-se pelos domínios da história eclesiástica e das "antiguidades" de Portugal a que Cardoso fora sempre, como vimos, muito afeiçoado, domínios que considerava fundamentais mas pouco conhecidos (ou não suficientemente presentes na historiografia política) e que aqui se apresentavam como auxiliares preciosos para a contextualização e fundamentação do valor das muitas "vidas" que quis registar... Por isso explicou que as informações e as precisões – que o levaram a emendar "erros de muitos" – eram, além de um aspecto novo neste tipo de obras, um enriquecimento da História, "pola muita luz, e conhecimento, que descobre da historia Ecclesiastica de Portugal", aspecto em relação ao qual "muitas pessoas graues forão de parecer, que isto era o melhor da obra, porque a reuestia de variedade, i erudição"¹⁷⁷. Cardoso explicou ainda que "estas fundações, e outras semelhantes noticias, se para

¹⁷⁴ Em vários momentos da obra, para além das "Advertencias..." do tomo I, Cardoso lembrou os intuítos de brevidade – porque assim o impunha a extensão da matéria – nos relatos das vidas, contrariamente a obras anteriores, como as de Lippomano e Surio, concebidas com a finalidade de reprodução e fixação dos textos, mais do que com a sua enumeração.

¹⁷⁵ Por isso não só preferiu o título de *Agiologio*, como a exposição das "vidas" "he media no estilo entre Martyrologio, i Elogios, para se dar assi mais ampla noticia dos SS. e varões illustres, e de suas virtudes" (*Agiologio...*, I, "Advertencias...", § I, 2).

¹⁷⁶ Jorge Cardoso não explicou propriamente as razões desta divisão, mas deixou-as implícitas ao justificar a diferente finalidade e a especificidade dos "comentários". De facto, nestes quis "dar razão do anno, em que cada hum dos sanctos, e seruos de Deos passou a melhor vida, que he razão dos tempos, cousa pouco obsruada de quasi todos nossos escriptores: e juntamente de suas patrias (...)" e "das fundações, e origens das cathedraes, e conuentos deste Reino (...)". (I, "Advertencias...", § I, 3).

¹⁷⁷ *Agiologio...*, I, "Advertencias...", § I, 3.

os doctos, que tem vniuersal comprehensão da historia, forem superfluas, para outros menos versados são necessarias, e por tanto, mais accitas..."¹⁷⁸.

Esta conciliação das duas facetas da história sacra – que tencionava desenvolver e aprofundar em várias outras obras, referidas e prometidas ao longo do *Agiologio*¹⁷⁹ – traduziu-se, a nível formal, numa diferenciação nítida, até a nível gráfico, entre o relato hagiográfico – quase totalmente destituído, como o pedia o género, de informações históricas, particularmente de indicações cronológicas e genealógicas – e o comentário historiográfico, com precisões de datas, de nomes, de locais, de referentes históricos...¹⁸⁰.

Socorrendo-se deste método, Cardoso procurava responder a diferentes tipos de necessidades, de objectivos, de destinatários e de públicos: não deixava de se apoiar e, ao mesmo tempo, de alimentar um gosto já antigo pela *legenda*, que explorava, precisamente, o que de mais extraordinário ou maravilhoso continha a biografia espiritual que privilegiava as "virtudes heroicas", e fundamentava, à maneira da época, claro – tentando enquadrar-se em algumas correntes recentes de que, visivelmente tinha notícia¹⁸¹ –, com precisões históricas baseadas em obras e referências de "autorizados varões", a veracidade desse mesmo relato...

Tentava, portanto – como começámos por salientar –, uma fixação e divulgação mais eficaz da "história" dos nossos "santos", indo ao encontro dos gostos da época¹⁸²: deleitar instruindo. Respondia a um gosto antigo,

¹⁷⁸ *Agiologio...*, I, "Advertencias...", § I, 3.

¹⁷⁹ De facto, Cardoso refere, em diversos "comentários", algumas obras (além do *Officio Menor* e do *Agiologio*) que vinha preparando e outras que "Deus querendo" viria a compor e editar. Essas obras – cujos títulos/temas Barbosa Machado veio a incluir na bio-bibliografia de Cardoso inserida na *Biblioteca Lusitana*, e cuja "reprodução" acrílica alguma bibliografia posterior foi fazendo – seriam a *Relação da fundação do Convento da Madre de Deus de Religiosas Franciscanas*(...), Lisboa, 1629 (de que um exemplar terá existido na livraria de José Maria António Nogueira – cf. J. M. ALMEIDA e M.I. M. MOSER, O "*Agiologio Lusitano*"..., art. cit., 179-80); *Santuarios de Portugal, Tiaras Lusitanas, Biblioteca Lusitana e Officium parvum de corona spinee Domini in usum privatorum*. Sobre estas obras e projectos nos ocuparemos num próximo estudo sobre a "biblioteca perdida" de J. Cardoso.

¹⁸⁰ Deste aspecto se ocupou com algum detalhe C.A. AFONSO, *No tempo em que todos eram santos...*, esp. 28s.

¹⁸¹ Por diversas vezes Cardoso se refere, com respeito, à actividade crítica e editorial de J. Bolando, nomeadamente ao afirmar que "Ao infatigavel estudo, e diligencia do P. Bolando da Companhia de Jesu, benemerito da Igreja Catholica, e de todos os Sanctos della deuemos a particular noticia que nos deu de S. Matrona..." (*Agiologio...*, I, 251-b); veja-se igualmente I, 204-b e I, 305-b. Mas, além disso, foi registando em diversos momentos a sua preocupação com o apuramento da "verdade" de alguns factos, principalmente daqueles sobre os quais havia contradição nas suas fontes – facto mais visível, como se compreende, no caso dos santos antigos.

¹⁸² E por isso assumiu algum cuidado no estilo e "elocução" que desejou "fosse mais propria, e corrente, que florida, i elegante...". Evitando alguns exageros, confessou ter "temperado" o estilo para que "nem aos cultos enfaste por mui humilde, nem aos vulgares desagrade por pouco

sempre renovado, pelo maravilhoso, pelos casos admiráveis, e instruída sob vários pontos de vista: ia ao encontro de interesses dos mais "curiosos" pela história eclesiástica disponibilizando uma vasta obra de consulta, e fornecia a todos, como vimos, modelos a imitar, pautas de comportamento espiritual e moral adaptáveis a diferentes necessidades (de religiosos, de clérigos, de missionários, de príncipes, de casados, de virgens...). Por isso, na dedicatória do Tomo III – o último que pôde terminar para impressão –, precisou e clarificou os seus objectivos fundamentais, implorando a intercessão de S. Vicente e de S. António para que "se atee nos corações dos Portuguezes (como em materia disposta) hum ardente desejo de exacta reformation de costumes, abominação de vicios, e aborrecimento de peccados dirigindo sempre todos nossos designios, e acertos a mais gloria de Deos, e honra dos Sanctos de Portugal, e suas conquistas"¹⁸³.

Os santos e os "varões ilustres em virtude"

Ora, o já referido afã de recensear e registar, junto com a vida dos santos e beatos (que, obviamente, já tinham os seus registos), as vidas de "varões, virgens e matronas ilustres em virtude", assumindo uma hierarquização frequentemente reafirmada em diversos momentos da obra, ajuda a explicar uma das facetas mais interessantes – senão mesmo, pela quantidade, das mais inovadoras – do *Agiolôgio*, que é, como referimos, a inserção e a valorização de muitos "varões (e mulheres) de insigne virtude", alguns que viveram ou morreram em odor de santidade e veneração dos seus contemporâneos – quais "santos vivos" –, e outros cuja "fama de santidade" não é referida (em alguns casos, nem elementos seguros existem para que se pense que ela terá existido, a não ser a fé dos autores das suas fontes e/ou do próprio Jorge Cardoso¹⁸⁴), mas que se distinguiram, ou pela qualidade dos exercícios ascéticos e espirituais – as múltiplas e cruas penitências, mortificações, jejuns, os exercícios espirituais, em particular o fervor da

intelligiuel". Reconheceu também ter-se socorrido – como até os "vulgares" o faziam – de "muitas palauras Latinas", nomeadamente de algumas "nouas, ou menos vsadas" para "não causarmos fastio, i enfado aos que lerem" (*Agiologio...*, I, "Aduertencias...", § I, 4).

¹⁸³ *Agiologio...*, III, Dedicatoria, s.n.

¹⁸⁴ Em alguns relatos de vidas, principalmente nos que se baseiam em breves "relações" ou nos livros de óbitos de conventos, nem sequer aparece a referência à "morte santa" – rosto formoso, agradável cheiro, visões de luzes... –, que eram muitas vezes uma espécie de confirmação da "santa vida". Cf. J.-M. SALMANN, *Naples et ses saints...*, esp. 274-277 e 303-306.

oração e o gosto da meditação¹⁸⁵ –, ou pelo zelo reformador das respectivas ordens, conventos, bispados e paróquias, ou pelo zelo apostólico nas "conquistas" do Reino... De facto, o número destes "varões", como salientou Cardoso, excede largamente o dos santos canonizados, beatificados e até mesmo o dos veneráveis... Portanto, a sua inclusão não visaria, respeitando a "protestação", promover o culto ou a canonização – até porque só um número muito limitado deles veio a ser objecto de processos jurídicos com vista à futura beatificação ou canonização e um número ainda mais reduzido viu tal processo concluído e aprovado¹⁸⁶ –, mas pretendeu, assumidamente, além do já referido engrandecimento da "Pátria", fornecer aos seus contemporâneos (religiosos, clérigos, leigos devotos) e vindouros – em particular através dos pregadores e directores de consciência – pautas de vida espiritual e moral que em muito reproduziam os modelos de santidade (antigos e novos), fixando-os e adaptando-os a múltiplas vivências "devotas"... Como Cardoso explicou nas "Advertencias necesarias ao Agiologio Lusitano", prevenindo e desmontando eventuais censuras baseadas nos decretos de Urbano VIII, a inclusão dos "varões de aprovada virtude, que com conhecidas ventagens excederaõ na piedade, religião, e noutras preclaras açoens a commum medida dos seruos de Deos de seu estado" deveria servir, sobretudo – até pelo seu mérito, que os aproximava dos santos canonizados – para que os mesmos fossem "postos aos vindouros por dignos exemplares de imitação"...¹⁸⁷. Talvez por isso tenha voltado a

185 E foram, num grande número de casos, estas práticas ascéticas e espirituais que lhes greangearam a perpetuação do nome nos livros de óbitos, nas memórias várias dos conventos ou em outras fontes (por exemplo, epitáfios).

186 Efectivamente, se vários foram os "varões", "virgens" ou "matronas" de "ilustre virtude" cuja fama de santidade e de milagres conduziram à elaboração de processos jurídicos para verificação da autenticidade dos mesmos, poucos – tendo em conta o vasto número dos que terão morrido "em odor de santidade" – viram concluídos e entrados em Roma tais processos, e muito menos foram os que obtiveram a aprovação papal para o culto privado ou público através da concessão do título de beato(a) ou santo(a). O número total de processos jurídicos referidos por J. Cardoso – incluindo os que não passaram do seu primeiro passo, com a trasladação do corpo ou a audição de testemunhas para a confirmação de milagres – posteriores ao século XII totaliza 46; destes 46, só 38 (8 dos quais mártires) terão visto constituído um processo de beatificação e/ou canonização e só 11 obtiveram, até às datas do *Agiologio Lusitano*, a autorização do título oficial de beato (ou de culto particular) e/ou de santo (S. Paio, † c.1240 ; S. Fr. Gil †1265 – III, 239/45-c; S. Gonçalo Dias (de Amarante) – I, 96s.-b; Beato Pedro Gonçalves Telmo, † 1246 – II, 552-c; Beato Garcia Martínez, † c.1306 – I, 2-c; Beato Lourenço Mendez † c. 1280 – I, 264-b; Beata Constança, † <1408 – III, 425s.-b. ; Beato Romeo (ital.), †1446 – II, 507-a; Beato Gonçalo Coelho, † 1501 – I, 311-d; Beato Pedro da Guarda, †1505 – I, 405s.-b e III, 410-c; Beata Margarida Fernandes, †1540 (em Bolonha) – I, 159-d; Beato João de Deus, †1550 – II, 92s.-b.

187 *Agiologio...*, I, § XIV, esp. 53 e 54. Veja-se, apenas como um dos vários exemplos que nos parecem paradigmáticos, o caso de D. Mecia de Noronha, O. Cister (†1589), de quem quase só se diz ter sido "religiosa deuotíssima da Paixão de Christo..." e por isso "muito perseguida do infernal inimigo...", e que deixou "a todas as religiosas viuos exemplos que imitar" (*Agiologio...*, I, 100-h).

referir, no prólogo do Tomo III, que a "pia e deuota lição" da sua obra "tem obrado com o favor diuino, copioso frutto nas almas, que aspirão à perfeição Euangelica, segundo publicação as Religiões sagradas, interessadas em assumpto tam heroico, e releuante"¹⁸⁸. Quantos santos – e Cardoso não deixou de lembrar os casos paradigmáticos de arrependimento de S. Paulo, Stª Maria Madalena e S. Agostinho¹⁸⁹ – não teriam mudado o rumo das suas vidas – lembremos, por exemplo, S. Inácio – fascinados pelo exemplo de outros santos a que acederam através da hagiografia? E quantos "varões", "virgens" e "matronas" não viveram e agiram – confessadamente¹⁹⁰ ou não – de acordo com modelos hagiográficos¹⁹¹?

Deste modo, Cardoso quis realçar, junto com a afirmação dessa dimensão que considerou fundamental na formação da memória da "Pátria", a função exemplar – potenciada pela imensa variedade de vidas – desta obra, aspecto, aliás, bem sintetizado por Fr. Isidoro da Luz na já referida "Aprovação" do Tomo II, ao afirmar que Cardoso foi "o primeiro que com tanto louuor resuscitou as memorias de tantos varões illustres em virtude, e sanctidade, que estauão ha tantos seculos sepultados no esquecimento, com que carecia Portugal, não sò da honra, e gloria, que lhe accresce, por gêrar tam pios, e generosos filhos, mas de *efficazes exemplos, e documentos raros*, com que os Portugueses se animem (mediante a graça diuina) *imitalos*,

188 *Agiologio...*, III, "A quem ler", s.n.

189 Fê-lo aquando da vida de outro grande "convertido", S. Fr. Gil (III, 816s.-d), para realçar o valor do arrependimento e da penitência.

190 Vários são os "santos" deste *Agiologio* que quiseram, explicitamente, imitar a acção e a vida de outros santos. Vejam-se, como exemplos, os casos de alguns missionários, como os jesuítas P. Henrique Henriquez (†1600) que quis passar à "Índia Oriental" para imitar S. Francisco Xavier, de quem foi, aliás "hum viuo retratto..." (I, 363-i); do P. Pedro de Toledo (†1617) que, no Brasil, foi um imitador do Pe. Anchieta (II, 486-f) ou o P. Francisco Lopez (†1597), companheiro do S. Patriarca Andre de Oviedo e "imitador ao viuo de suas exemplares virtudes" (III, 260-f); mas também de muitos outros religiosos, como os carmelitas Fr. Manuel de Melo (†1611) que "pretendeo imitar" o seu mestre espiritual, o V. P. Fr. Estêvão da Purificação (I, 363-l), e Fr. Pedro de Mello (†1635) que quis imitar S. Carlos Borromeo (III, 601-d); como o franciscano Fr. Leão (†1563), português, que "mouido da fama e sanctidade do B. Fr. Pedro d'Alcantara, pera mais agradar a Deos (...) passou para a Provincia de s. Joseph" de Castela (I, 385-d); como a clarissa Sór Isabel da Madre de Deos (†1590) que quis imitar Stª Catarina de Sena (II, 62s.-g); como a Me. Joana de S. Domingos, O.P. (†1560), "imitadora insigne das asperas penitencias de seu grande Patriarcha..." (II, 337-d); ou como o Agostinho descalço (em Manila) Fr. Gaspar da Madre de Deos (†1608) que imitou "20 annos a rigorosa vida de S. Nicolao Tolentino" (III, 851-l)...

191 Sobre a importância da imitação – traduzida numa "apropriação" de gestos e modelos de santidade – cf., em particular, Marian CAFFIERO, *Tra modelli di disciplinamento e autonomia soggestiva*, in AA.VV., *Modelli di santità...*, 265-278 e Albrecht BURKARDT, *Reconnaissance et dévotion: les vies de saints et leurs lectures au début du XVIIe siècle à travers les procès de canonisation*, in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 43 -2 (avril-juin 1996), 214-233.

porque se persuadem muitos as antigas vidas dos Sanctos estrangeiros, *muito mais persuadem as modernas dos naturaes, e conhecidos*"¹⁹².

Uma imitação que, como já advertira Fr. Diogo do Rosário, tinha alguns limites: "justo he que os [santos] sigamos e que vamos por onde eles foram, porque não erremos: porem he de notar que *os nam auemos de imitar em tudo* (...) as obras dos milagres que fizeram e grandeza, deixalas com sua cortiça [=com eles]. Todalas obras de charidade, de humildade, de paciencia e castidade, etc. imitalas e descortiçalas com a ajuda de Deus..."¹⁹³.

Ou seja, a excepcionalidade dos santos (que era, aliás, uma das suas características fundamentais¹⁹⁴) não era facilmente imitável e outros aspectos não o eram de todo, como o dom do milagre¹⁹⁵ e da profecia¹⁹⁶, que não resultavam da vontade individual ou da capacidade de imitação (e muitas imitações houve..., apesar das cautelas inquisitoriais); mas as suas virtudes, especialmente as ascéticas e espirituais – tal como heroicamente as praticaram muitos "varões de excelente e não vulgar virtude"¹⁹⁷, nomeadamente muitos dos mais recentes – podiam e deviam, segundo estes

¹⁹² *Agiologio...*, II, "Licenças", s.n.

¹⁹³ *História das vidas...*, Prólogo, subl. nosso.

¹⁹⁴ E por isso – e para evitar alguns "abusos" – os processos de beatificação e canonização do século XVII passaram a exigir a prática e a prova das "virtudes heroicas". Cf. Romeo DE MAIO, *L'ideale eroico nei processi de canonizzazione della Controriforma*, in *Ricerche di Storia Sociale e Religiosa*, 2 (Jul-Dez. 1972), 139-160.

¹⁹⁵ Como bem notou A. PROSPERI, *L'elemento storico nelle polemiche sulla santità*, art. cit., esp. 106, a questão dos milagres é "...cruciale nel rapporto tra vecchi e nuovi modelli di santità: la tradizione agiografica medievale aveva nel miracolo un ingrediente fondamentale, che urtava, però – per i suoi aspetti di favola e di magia – la sensibilità della nuova cultura umanistica, sulla quale si erano formati uomini della Riforma e della Controriforma...".

¹⁹⁶ Lembremos como foi, em parte, pelo lado da falsa profecia que a "fama de santidade" da célebre "monja de Lisboa" começou a ruir... A ela se reporta certamente Cardoso quando refere, na "vida" de Sôr Isabel da Madre de Deos (†1590) uma "certa freira hypocrita que então se tinha em Lisboa em grande veneração" (II, 63-g).

¹⁹⁷ E por isso Cardoso quis mostrar-se consciente de que alguns o poderiam entender mal, explicando, nas já referidas "Advertências..." (*Agiologio...*, I, § XIV, 54), que "poderá parecer à alguém, que no discurso desta obra, e narração das vidas, i elogios das pessoas, que nella se contem, se relataõ algumas cousas, pelas quaes parecerá lhes attribuímos sanctidade, contando açções suas, que como excedem as humanas forças, se podem julgar por miraculosas, e assi mesmo alguns presagios de cousas futuras, e manifestação de interiores secretos, illustracoens, e outras cousas desta qualidade, e muitos beneficios alcançados de Deos por sua intercessão...". J. Cardoso tinha perfeita consciência do terreno movediço que pisava, mas sabia que não estava só, porque também muitos dos seus contemporâneos continuavam a usar a designação de "veneráveis" ou "de Sancta memoria" e "outros semelhantes" que "os dittos Breues não prohibem" – até porque, dada a forte tradição e o contexto que referimos, não seria conveniente proibir... Por outro lado (e em apoio do seu amplo conceito de santidade) Cardoso ousou reafirmar, escudando-se em S. Antonino, que "a Canonização (...) nem acrecenta o merecimento, nem o premio essencial dos bemaenturados, nem decreta o grao, que tem de sanctidade, mas sómente declara ao sancto por cidadão do ceo, e o propoem à Igreja para ser reuerenciado com veneração temporal, e celebrado com officio, e festa..." (*Agiologio...*, I, "Advertencias", § XIV, 56).

códigos, sê-lo. Eram a base e a via do percurso espiritual, e por isso a grande maioria das "vidas" incluídas por Cardoso no *Agiolôgio* estão marcadas pela "heroicidade" das práticas ascéticas e espirituais, e só uma parte (embora muito significativa) teve (ou se diz que teve) o dom do milagre e da profecia¹⁹⁸... Nem todos podiam ser santos, mas muitos terão vivido com o desejo de os imitar, até nos gestos... Ou, segundo Cardoso e muitos dos seus contemporâneos, muitos poderiam e deveriam viver imitando-os naquilo que eles tinham de imitável: as virtudes cristãs, as penitências, as mortificações, os jejuns, as disciplinas...¹⁹⁹, de que, aliás, estão repletas as "vidas" deste *Agiolôgio*...

Santos antigos, "santos" medievais e "santos" modernos

Como dissemos, o número dos "santos" modernos – particularmente do século XVI e primeira metade do século XVII – excede largamente o número dos "santos" antigos e medievais. A natureza das fontes (já o vimos) pode ter ditado a maior quantidade e visibilidade – com o importante contributo dos mártires do Oriente²⁰⁰ – dos "santos" modernos, a ausência ou o reduzido número de fontes pode ter contribuído (como certamente contribuiu) para a menor quantidade e visibilidade de "santos" antigos e, sobretudo, medievais²⁰¹. Mas, por outro lado, nenhuma época, como o século XVI e primeira metade do XVII, terá visto, pelo menos em Portugal,

¹⁹⁸ Embora o número de "santos" com milagres (em vida e/ou depois da morte) seja superior ao de "santos" com "espírito profético", no total dos "santos" não canonizados, beatificados ou de culto imemorial, esse número é relativamente pequeno. Por exemplo, "santos" (não canonizados) posteriores ao ano mil que, segundo o que deixou escrito explicitamente J. Cardoso, tiveram fama "pública" ou "notória" de santos em vida e/ou no momento da morte (excluímos os mártires) perfazem um total de 335. Destes 335, só 46 (13,7%) tiveram – igualmente segundo o que deixou escrito J. Cardoso – "espírito profético" ou profecias concretas.

¹⁹⁹ Para não multiplicar os exemplos, veja-se um caso concreto, como o de "Fr. Thome de Torresvedras, Chorista da S. Prouincia d'Arrabida, que depois de professar nella, *com tam firme proposito abraçou a virtude, que a todos era viuo exemplar de sanctidade*. De cuja bocca nunqua saio palavra ociosa, sendo mui *austero no jejum, constante na penitencia, admiravel na caridade* com que naquela villa curaua os apestados..." (I, 266-e, subl. nosso): ou seja, uma "santidade" essencialmente ascética que qualquer um poderia imitar...

²⁰⁰ Os mártires portugueses da evangelização do Ocidente (Américas e Brasil) – excluindo, portanto, os do Norte de África – são, de facto, muito poucos: um total de 12 (*Agiologio...*, I, 116-g, 180-e, 315-m, 516-b; II, 123-h, 230-e; III, 533-i, 738-i, 744-c).

²⁰¹ Aliás, Cardoso, evocando, precisamente, um "santo" medieval – o monge cisterciense Fr. Lourenço (reinado de D. Afonso V) –, não conteve uma exclamação muito significativa de uma certa nostalgia: "O admiravel pobreza, e maior singeleza daquelle bemaumentado tempo, em que todos erão sanctos..." (*Agiologio...*, II, 69-c).

uma tão grande multiplicação de conventos (como o mostram bem os comentários deste *Agiolôgio* relativos às fundações de diversos conventos, nomeadamente de freiras) e aumento da população dos mesmos... Como muitas das "relações" e "memórias" mais "recentes" de diversos conventos foram elaboradas com vista, por um lado, à redacção das crónicas das várias ordens e congregações e, por outro, à satisfação do pedido directo de Jorge Cardoso, tal facto permitiu recensear muitos nomes e "vidas" que, de outro modo, ficariam, como acentuou Cardoso, "sepultadas no profundo abismo do esquecimento". E como se vinham multiplicando os conventos e aumentando a população dos mesmos, tais "relações" e "memórias" puderam contemplar mais varões e mulheres "ilustres em virtude"...

De qualquer modo, um estudo quantitativo e comparativo dos "santos" antigos e modernos poderá tornar mais visível – embora não explique – a forte presença destes últimos. Advertimos, contudo, que este estudo quantitativo (que pretendemos seja mais um desafio a futuros trabalhos...) conta com algumas limitações, no que diz respeito ao rigor absoluto dos números, uma vez que Cardoso – preocupado, como vimos, em realçar a quantidade dos "santos" – nem sempre foi totalmente rigoroso no seu número (nem, por vezes, nas datas da morte²⁰²), particularmente dos que incluiu como mártires (antigos e modernos). Várias são as vezes em que, numa entrada de um mártir (religioso, clérigo ou leigo), se incluem, sem especificar nomes, outros "companheiros" (e nem sempre com referência exacta ao seu número, que oscila por vezes entre as unidades e as largas centenas). Além disso, no caso dos santos mais antigos (canonizados ou de culto imemorial), há que ter alguma cautela na sua contabilização, porque alguns deles têm várias entradas: pelo martírio, pelas festas em diferentes localidades e conventos, pelo culto, pela posse ou pela trasladação de relíquias, pelas sagrações de igrejas, vigílias e oitavas...²⁰³ Por isso, apenas contabilizámos estes últimos pelas entradas da morte, martírio ou festas nacionais e locais, excluindo as festas particulares, sagrações de igrejas, vigílias, oitavas e trasladações ou posse de relíquias, para evitar duplas ou, mesmo, múltiplas contabilizações. Adoptámos ainda um outro critério – que sabemos discutível, mas todos os critérios de divisão temporal o são – na "ordenação" cronológica (uma ordenação que pretende, sobretudo, dar uma

202 Mas esta falta de rigor, quando existe, não deve ser atribuída directamente a Jorge Cardoso, que, aliás, conseguiu fornecer muitas datas e factos que os documentos de que partiu não lhe deram, razão pela qual, confessa, lhe "custou muito trabalho aueriguar este ponto"; além disso, ele mesmo explicou que "vão os sanctos, e varões insignes em virtude (pela maior parte) por suas antiguidades: e alguns (por ventura) fora de seus dias, por se lhe ignorarem os proprios..." (I, "Advertencias...", § I, 3).

203 Este facto foi, aliás, explicado pelo autor nas "Advertencias...", I, § X, XI e XII, 41-49.

imagem global das grandes "manchas" da santidade): incluímos no grupo de "santos antigos" todos os que morreram até ao ano mil, porque cremos que, apesar de tudo – e tendo em conta o crescendo do controle da concessão do título de santo depois do ano mil – esta divisão será menos artificial do que outra que distinguisse os santos anteriores e posteriores ao século V.

Deste modo, o *Tomo I* conta com um número total de 914 entradas (incluindo algumas duplas ou múltiplas, excluindo, como dissemos, a trasladação ou culto de relíquias) de "santos" e mártires (e com a referência ainda, que pensamos não deva ser contabilizada em virtude do carácter vago da mesma, de mais 27 dos primeiros séculos do cristianismo e de duas vezes mais 600 mártires do século XVI).

– Desses 914, 60 (6,6%) são santos (mártires, bispos e confessores) dos primeiros séculos do cristianismo (alguns, muito poucos, dos séculos VIII e IX);

– "santos" medievais (posteriores ao ano mil até ao século XVI) prefazem um número total de 100 (10,9%);

– "santos" da primeira metade do século XVI – melhor, que morreram entre 1500 e o último ano de Trento (1563) – perfazem 119 (13,0%);

– "santos" (incluindo 362 mártires, particularmente da evangelização) mortos depois de Trento e até meados do século XVII totalizam 635 (69,5%).

O *Tomo II* conta com um total de 656 entradas (algumas duplas ou múltiplas, especialmente no caso de mártires) de "santos" (excluímos a referência vaga a mais 17 mártires dos primeiros séculos do cristianismo):

– dessas 656 entradas, 96 (14,6%) dizem respeito a santos dos primeiros séculos do cristianismo (mais 17 mártires);

– 74 (11,3%) reportam-se a "santos" que morreram entre o ano mil e 1500;

– 58 (8,8%) dizem respeito aos que morreram entre 1500 e 1563;

– os restantes 428 "santos" (65,2%) – que incluem 117 "mártires" – pertencem ao período posterior a Trento, até meados do século XVII.

O *Tomo III* inclui um total de 663 entradas (excluindo, como dissemos, transladação ou culto de relíquias, etc.) de "santos" (com a vaga referência ainda, que não contabilizámos, a mais 337 mártires (companheiros) dos primeiros séculos do cristianismo):

- dessas 663 entradas, 52 (7,8%) dizem respeito aos primeiros séculos do cristianismo;
- 75 (11,3%) entre o ano mil e 1500;
- 61 (9,2%) entre 1500 e 1563;
- 475 (71,6%) depois de 1563 (dos quais 116 são mártires).

Total dos 3 Tomos: 2.233 entradas:

- santos do primeiro milénio: 208 (9,3%)
(excluindo a referência vaga a mais 381 mártires);
- "santos" medievais (do ano mil até 1500): 249 (11,2%);
- "santos" falecidos entre 1501 e 1563: 238 (10,7%)
- "santos" falecidos depois de 1563: 1538 (68,9%) - incluímos 595 "mártires" e excluimos a referência vaga a 1200 mártires do século XVI.

Como estes números claramente evidenciam, os "santos" modernos, particularmente os posteriores a meados do século XVI (68,9%), excedem largamente, quer os santos mais antigos, quer os medievais, quer os da primeira metade do século XVI que, todos juntos, não conseguem atingir em número os mais "modernos". Ou seja, menos de 100 anos viram registados (o que não é, necessariamente, o mesmo que ter produzido) mais "santos" que 15 séculos e meio... Claro que este número está visivelmente favorecido com as entradas de muitos "mártires" das "conquistas do Reino": um aspecto importante, mas que não cabe aqui analisar, porque merece um estudo específico que sai fora do âmbito deste trabalho. Mas mesmo excluindo, contra os objectivos de Cardoso, os mártires - particularmente os nativos convertidos à fé de Cristo -, a percentagem dos "santos" modernos continua a ser, no conjunto, muito elevada.

"Santos" religiosos, clérigos, leigos e mártires

As razões evocadas por Jorge Cardoso (já acima referidas) para a maior presença de "santos" das diferentes ordens e congregações religiosas no seu *Agiologio* confirmam-se facilmente numa análise cuidada da obra.

Efectivamente, a esmagadora maioria de religiosos – com que não consegue, de modo algum, rivalizar o número de clérigos nem o dos leigos – confere à obra uma aparente dimensão, digamo-lo assim, monástica que parece confirmar a ideia tradicional de que a santidade era, essencialmente, uma prerrogativa dos religiosos... Só que, como o expressou Cardoso (já o referimos, mas permitimo-nos relembrá-lo), este resultado advém não necessariamente de uma sua concepção prévia favorecedora de tal imagem (embora a tradição a tal o pudesse conduzir²⁰⁴), mas do facto de as suas fontes serem maioritariamente de origem monástica: crónicas, livros de óbitos, relações de conventos, "vidas", memórias várias, etc. Não esqueçamos que uma grande parte das entradas deste *Agiologio* se deve ao compulsar dos livros de óbitos dos conventos e de breves "relações" que, não raras vezes depois de "grande instância", foram sendo remetidas ao autor. A valorização que, em diferentes momentos da obra, o autor fez do estado eclesiástico²⁰⁵ – e notemos como os bispos, presbíteros e sacerdotes têm, normalmente, "vidas" e "comentários" significativamente mais longos²⁰⁶ – parecem provar os já referidos argumentos do autor no prólogo do Tomo I, que acentuaram e traduziram a queixa da falta de registo escrito de "santos" do estado eclesiástico, bem como dos leigos, que também ocupam, como veremos, um lugar significativo no conjunto dos "santos" do *Agiologio Lusitano*. Mas o registo escrito determinou, em última instância, a configuração final da "santidade da pátria"...

²⁰⁴ E por isso Cardoso lembrou, por diversas vezes, o valor espiritual da disciplina, da "regular disciplina" que (re)afirmou ser a "basi da perfeita sanctidade" (*Agiologia...*, III, 530-g.)

²⁰⁵ Uma valorização que começou, logo na abertura do Tomo I – na dedicatória "Aos Gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, Patronos de Lisboa, e a seu illustre Cabido sede vacante" –, com a evocação e elogio dos exemplos vários de bispos, cônegos e sacerdotes do Cabido da Sé de Lisboa, nomeadamente "em nossos dias o veneravel Thesoureiro môr Bartholomeu da Costa, insigne esmoler, não inferior nesta virtude aos Sanctos, que celebra a antiguidade, que agorentando o estado, que pedia sua dignidade, despendia todas suas rendas com pobres, cuja exemplar vida anda nas mãos de todos". Esta "exemplar vida" é da autoria de António Carvalho de Parada, *Dialogos sobre a vida e morte do muito religioso sacerdote Bartholomeu da Costa, Thesoureiro môr da Sé de Lisboa*, editada em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, em 1611.

²⁰⁶ Exceptuam-se os casos de alguns santos canonizados ou com culto oficial a que Cardoso quis dar um destaque especial ou cuja origem portuguesa (ou razões da sua inclusão num hagiológico português) pretendeu demonstrar (aspecto muito visível em diversos comentários relativos aos santos mais antigos, nos quais Cardoso discute as fontes e as posições de diferentes autores, antigos e modernos). De um modo geral, bispos e sacerdotes merecem relatos mais longos e até mais pormenorizados. É certo que os dados biográficos também são, geralmente, mais abundantes (ou mais documentáveis) nesses casos, mas em diversos casos de religiosos que contavam, ao tempo, com "vidas" manuscritas ou impressas (logo, com relativa abundância de dados) Cardoso não foi, de um modo geral, tão minucioso como no caso de bispos e presbíteros.

Veja-se, a este propósito, o total (com a sua distribuição por ordens ou estados) de "santos" posteriores ao ano mil²⁰⁷: 2030 (na seguinte ordem e distribuição):

Total (I, II e III)	Tomo I	Tomo II	Tomo III
Franciscanos: 487 (24% do total)	171	146	170
Dominicanos: 209 (10,3% do total)	87	39	63
Jesuítas: 145 (7,1%)	42	44	59
Leigos: 60 (3,0%)	14	22	24
Clérigos (incl. bispos): 55 (2,7%)	18	23	14
Carmelitas Calçados: 52 (2,6%)	24	11	17
Cistercienses: 52 (2,6%)	18	14	20
Carmelitas descalços: 47 (2,3%)	12	21	14
Cônegos regulares: 44 (2,2%)	15	14	15
Jerónimos: 41 (2,0%)	12	18	11
Trinitários: 41 (2,0%)	19	5	17
Eremitas de S. Agostinho: 37 (1,8%)	8	9	20
Benedictinos: 33 (1,6%)	9	14	10
Lóios: 25 (1,2%)	8	6	11
O. S. Agostinho: 20 (1,0%)	11	4	5
Eremitas de S. Paulo: 15 (0,7%)	1	6	8
Eremitas: 14 (0,7%)	9	5	—
Mercedários: 13 (0,6%)	7	4	2
O. Hospitalidade: 12 (0,6%)	5	4	3
O. Malta: 10 (0,5%)	2	3	5
O. S. Brigita: 8 (0,4%)	1	4	3
O. Cristo: 5 (0,2%)	1	4	—
Cartuxos: 3 (0,1%)	2	1	—
O. de Santiago: 3 (0,1%)	1	1	1
O. Avis: 2 (0,1%)	—	1	1
O. Templários: 1 (0,1%)	—	—	1
Teatinos: 1 (0,1%)	—	—	1
Mártires: 595 (29,3%)	362	117	116

Esta "lista" – que não é nosso objectivo, como se compreende, analisar aqui em profundidade, porque merece um estudo individualizado e minucioso – mostra com muita clareza o lugar primordial dos franciscanos (das 3 regras, num número muito aproximado de frades e freiras²⁰⁸),

²⁰⁷ Excluimos, assim – sabemos que discutivelmente –, os "santos" do 1º milénio, num total de 208: 60 (T. I) + 96 (T. II) + 52 (T. III).

²⁰⁸ Por razões que cremos óbvias, não incluimos aqui, reservando-a para um trabalho posterior, a diferenciação (nas respectivas ordens religiosas) do número de frades, de freiras, de professores(as)

imediatamente seguidos pelos dominicanos (igualmente com um número aproximado de frades e freiras²⁰⁹) e depois pelos jesuítas. Estes, embora em número inferior aos anteriores, devem merecer um particular destaque, em termos comparativos, pelo conhecido facto de a Companhia de Jesus só ter sido "fundada" em 1540 (e o seu fundador e primeiro santo só ter morrido em 1556), enquanto os franciscanos e dominicanos contavam com "santos" desde o século XIII...²¹⁰. Se juntarmos os carmelitas calçados com os descalços (estes, naturalmente, mais "recentes") e os da respectiva ordem terceira (perfazendo um total de 94), poderemos aproximá-los deste grupo dominante²¹¹. Segue-se um grupo "central" com números muito próximos que congrega os leigos, os clérigos, cistercienses, cónegos regulares, jerónimos, trinitários e agostinhos (especialmente se juntarmos os da O.S.A. e os E.S.A. Aliás, se neste grupo incluíssemos os cónegos regulares, os religiosos da regra de S. Agostinho deveriam passar para o grupo dominante, já que perfazem um total de 101 religiosos). O último "grupo" conta, sobretudo, quer com as ordens militares, quer com as ordens que em Portugal tinham menos conventos ou que só pela primeira metade do século XVII começavam a implantar-se entre nós...

Um lugar destacado, como acima já notámos – apesar de os fazermos figurar, sem qualquer intenção, em último lugar – ocupa o elevado grupo dos mártires: um grupo em que não incluímos (aceitamos que discutivelmente) 25 jesuítas, 13 dominicanos, 11 trinitários, 8 franciscanos, 4 agostinhos, 2 da O. de Malta e 1 carmelita. São, na sua esmagadora maioria, como dissemos, mártires (leigos, muitos deles anónimos, porque inseridos em martírios colectivos) da evangelização, particularmente do

das ordens terceiras, de leigos (homens e mulheres). Uma diferenciação que se revelará bastante curiosa...

²⁰⁹ Importa referir – como importará estudar, num segundo momento – que a maior parte dos "santos" franciscanos pertencem às províncias das mais estritas observâncias, como as da Arrábida, de S. António e da Piedade.

²¹⁰ Claro que o grupo dos jesuítas está também muito favorecido pelo facto de a Companhia ter investido grandemente, não só na evangelização, sobretudo do Oriente, mas também na recolha e difusão das múltiplas informações sobre a actividade dos seus missionários, que se concretizou, por exemplo, como é bem sabido, nas célebres *cartas annuas*. Cf. Adriano PROSPERI, *O missionário*, in R. VILLARI (Dir.), *O Homem Barroco* (trad. do ital.), Lisboa, 1994, esp. 149.

²¹¹ Lembramos que os dados sobre os carmelitas ficaram a dever muito – Cardoso foi-o notando – ao esforço e trabalho de reunião, por Fr. Luis de Mértola, O.C., das "vidas" dos religiosos da sua ordem para as cónicas gerais da mesma. Curiosamente, apesar de o número destes religiosos ocupar um lugar de destaque nesta "hierarquização", são muito poucos – contrariamente, por exemplo, aos franciscanos – os que são referidos como tendo tido, em vida ou no momento da morte, fama "pública" ou "notória" de santos: apenas 14, no conjunto dos 335 atrás referidos.

Oriente (África Oriental, Índia e Japão²¹²), embora conte com alguns – poucos, como se compreende –, do Ocidente... Este aspecto, que, como explicámos, não devemos explorar aqui, parece-nos muito interessante e, mesmo não esquecendo que as Índias Ocidentais foram "evangelizadas" grandemente pelos espanhóis (e com um modo próprio de "evangelizar"...), os pouquíssimos mártires de portugueses no Brasil deverão merecer um estudo individualizado, mas que tenha em conta, nomeadamente em termos comparativos, os elevadíssimos mártires no Oriente... Um estudo que poderá revelar-se muito interessante...

Notemos ainda como a encabeçar o "grupo central" se encontram – e tal facto, cremos, deve ser realçado – os leigos. Embora o número do que designamos por leigos – excluindo, propositadamente, os eremitas, alguns membros de ordens militares e de ordens terceiras, donatos e os muitos mártires, devido ao seu enquadramento particular²¹³ – seja notoriamente menor, ainda obtém um lugar importante, especialmente se comparado, quer com o número de clérigos, quer de religiosos de algumas ordens religiosas (e não só os das novíssimas ordens ou regras, especialmente em Portugal, como a dos religiosos da hospitalidade e dos teatinos). Além disso, muitos membros de ordens terceiras regulares só o foram nos últimos anos da vida, nomeadamente, depois de enviuvarem..., portanto, enfileiram no grupo dos religiosos, quando, em diversos casos, também deviam merecer uma referência no dos leigos... – precisões e matizes muito importantes que só estudos parciais e sistemáticos poderão fazer emergir.

Ora, o significativo número de leigos – casados, viúvos, reis, príncipes e princesas, virgens e "beatas", e muitos mártires – que, obviamente, não pretendemos estudar e/ou interpretar aqui, deverá merecer uma atenção particular, quer nos estudos – que desejamos venham a ser mais frequentes e exaustivos – do(s) conceito(s) e das "formas" de santidade na

²¹² O seu elevado número na obra muito deve, em particular, ao *Martirologio* da Companhia e às obras do P. António Cardim, S.J., esp. os *Elogios e ramallete de flores, borrifado com o sangue dos religiosos da Companhia de Jesus, a quem os tyranos do imperio do Japão tiraram as vidas por odio da fê catholica*, obra que inclui o *Catalogo de todos os religiosos e seculares que por odio da mesma fê foram mortos n'aquelle imperio, até o anno de 1640*, impressa em Lisboa, por Manuel da Silva, em 1650, a partir das anteriores edições latinas.

²¹³ Temos consciência de que esta opção é discutível, mas, tendo em conta o âmbito limitado deste artigo, cremos que ela é, pelo menos provisoriamente, legítima. Além disso, os muitos leigos que aqui figuram debaixo – porque resultante – da categoria de "mártires" não poderiam, por razões óbvias, ser colocados no mesmo plano dos restantes leigos do *Agiologio*. E também não poderíamos omitir a referência aos membros das ordens militares que nele figuram, precisamente, por o serem... Claro que não cabe, igualmente, discutir aqui – por merecer também um estudo particular – a heterogeneidade, a vários níveis, dos diversos leigos deste *Agiologio*, bem como a sua dependência, em termos de vida moral e espiritual, dos modelos de vida monástica.

Idade Média e na Idade Moderna em Portugal (no seu contexto europeu²¹⁴), quer numa reinterpretação sustentada – mas urgente – das relações da história da espiritualidade com a história social e política, de que são exemplos paradigmáticos e de leitura imprescindível os estudos de José Adriano de F. Carvalho sobre o "Sapateiro Santo"²¹⁵ e sobre D. Leão de Noronha²¹⁶.

Claro que um estudo global, mas cuidado, sobre os "santos" leigos, sobre os mártires, sobre os clérigos ou sobre cada uma das ordens religiosas do *Agiologio Lusitano* terá que pressupor e ser enquadrado num outro estudo, necessariamente laborioso, que "desça" com cautela e rigor à análise (que deverá contar também com alguma tipologização) das diversas e multifacetadas "vidas" da obra, tendo em conta, pelo menos, o(s) contexto(s) hagiográfico(s) em que foram integradas: contexto(s) que pressupõe(m), obviamente, também os objectivos e o enquadramento cultural, espiritual e político de Jorge Cardoso, dos seus colaboradores e, não o esqueçamos, dos seus "patrocinadores" (de um D. Luis de Sousa ao próprio rei D. Afonso VI...). Um trabalho que se afigura monumental, mas assim o exige a monumentalidade da obra... Mas, como todos os monumentos, a construção – neste caso, a "des-construção" – poderá ser feita pedra a pedra, ala a ala...

Maria de Lurdes Correia Fernandes

Summary: *Jorge Cardoso's Agiologio Lusitano is one of the great monuments of 17th Century Portuguese culture. Its explicit intent was to compose an inventory of all the "lives" of saints and other men and women "illustrious in virtue" of Portugal and its conquests", who were at risk of being "buried in oblivion". The Agiologio also intended to praise the "santos da Patria", so that the Portuguese would have models to follow and the "foreigners" would recognize Portugal as a "home of holy people". In spite of its incompleteness – the Agiologio was only partially continued in the 18th Century by D. António Caetano de Sousa –, this work became an indispensable reference for those studying sainthood in Portugal until the 17th Century, as well as for the study of the religious and social life of the period.*

²¹⁴ Lembremos como no já clássico livro de A. VAUCHEZ, *La Sainteté...*, ed. cit. a santidade laical dos finais da Idade Média mereceu a devida atenção.

²¹⁵ José Adriano F. CARVALHO, *Um profeta de corte na Corte: o caso (1562-1576) de Simão Gomes, o "Sapateiro Santo" (1516-1576)*, in AA.VV., *Espiritualidade e Corte em Portugal (séc. XVI a XVIII)*, Porto, 1993, 233-260.

²¹⁶ Veja-se o artigo nesta revista, *infra*, *Vida e mercês...*